



GOVERNO DE
ANGOLA

Ministério das Finanças

Relatório de Execução Trimestral do OGE

|| Trimestre 2021

FICHA TÉCNICA

Elaboração

Ministério das Finanças
Direcção Nacional da Contabilidade Pública
Largo da Mutamba, Palácio das Finanças, Caixa Postal 1235
Luanda — Angola

Título

Relatório de Execução Trimestral do Orçamento Geral do Estado: II Trimestre de 2021

Data de Finalização:

31 de Julho de 2021

Referências para Citação:

Ministério das Finanças de Angola, *Relatório de Execução Trimestral do Orçamento Geral do Estado: II Trimestre de 2021*, Julho, 2021.

Equipa Técnica

Departamento de Contas do Estado
Direcção Nacional da Contabilidade Pública
Ministério das Finanças
República de Angola

© Ministério das Finanças.

Todos os direitos reservados. Este relatório poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citada a referência e exclusiva autoria do Ministério das Finanças de Angola. É proibida a comercialização e tradução sem autorização prévia por escrito do Ministério das Finanças de Angola.

Relatório de Execução Trimestral

do Orçamento Geral do Estado:

II Trimestre de 2021

ÍNDICE

I. . INTRODUÇÃO	9
II. . SUMÁRIO EXECUTIVO	12
III. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	15
Perspectivas Globais e Indicadores Nacionais	15
Sector Monetário	16
Sector Cambial	17
Comércio Externo	18
IV. BALANÇO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO II TRIMESTRE DE 2021	24
V. . EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO NO II TRIMESTRE	27
Receitas Arrecadadas	27
Receitas Correntes	28
Receitas de Capital	30
Despesas Realizadas	31
Despesas Correntes	33
Despesas de Capital	34
Despesas Por Função	35
Despesas do Programa de Investimento Público (PIP)	37
Execução da Despesa para Prevenção e Combate à COVID-19	42
VI. BALANÇO DA DÍVIDA PÚBLICA NO II TRIMESTRE DE 2021	46
Balanço da Dívida Interna	46
Emissão da Dívida interna	46
Serviço da Dívida interna	47
Stock da Dívida interna	48
Balanço da Dívida Externa	48
Desembolsos	48
Serviço da Dívida Externa	48
Stock da Dívida Externa	49
Balanço da Dívida Pública	50
VII. DESEMPENHO ORÇAMENTAL DOS FUNDOS AUTÓNOMOS	54
VIII. DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS NO PERÍODO EM ANÁLISE	63

Balanço Orçamental	63
Balanço Financeiro	65
Balanço Patrimonial	67
IX. GLOSSÁRIO	69

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS	16
QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DA BASE MONETÁRIA EM 2021	17
QUADRO 3 – VENDA DE DIVISAS E TAXA DE CâMBIO	18
QUADRO 4 – PRODUTOS EXPORTADOS	18
QUADRO 5 – EXPORTAÇÕES POR PAÍSES	19
QUADRO 6 – PRODUTOS IMPORTADOS	21
QUADRO 7 – IMPORTAÇÕES POR PAÍSES	22
QUADRO 8 – BALANÇO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO I TRIMESTRE 2021	26
QUADRO 9 – RECEITA ARRECADADA NO II TRIMESTRE 2021	27
QUADRO 10 – DESPESA POR NATUREZA NO II TRIMESTRE DE 2021	32
QUADRO 11 – DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO NO II TRIMESTRE DE 2021	35
QUADRO 12 – DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO – PIP NO II TRIMESTRE DE 2021	38
QUADRO 13 – TOP 10 DOS PROJECTOS NO SECTOR DA SAÚDE	39
QUADRO 14 – TOP 10 DOS PROJECTOS NO SECTOR DE HABITAÇÃO E SERVIÇOS COMUNITÁRIOS	40
QUADRO 15 – TOP 10 DOS PROJECTOS NO SECTOR DOS COMBUSTÍVEIS E ENERGIA	41
QUADRO 16 – TOP 10 DOS PROJECTOS PIP NO SECTOR DOS TRANSPORTES	42
QUADRO 17 – EXECUÇÃO DA DESPESA REFERENTE A PREVENÇÃO E COMBATE AO COVID-19 ATÉ JUNHO DE 2021	43
QUADRO 18 – EXECUÇÃO DAS QUOTAS FINANCEIRAS ATRIBUÍDAS POR ÓRGÃO	44
QUADRO 19 – STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA POR CREDOR	52
QUADRO 20 – STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA POR CREDOR	53
QUADRO 21 – FLUXO FINANCEIRO DAS ENTIDADES AUTÓNOMAS	54
QUADRO 22 – BALANÇO ORÇAMENTAL NO II TRIMESTRE DE 2021	64
QUADRO 23 – BALANÇO FINANCEIRO ATÉ O II TRIMESTRE DE 2021	66
QUADRO 24 – BALANÇO PATRIMONIAL NO I TRIMESTRE 2021	67

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DO PREÇO DO PETRÓLEO BRENT VS. WTI NO II TRIMESTRE	16
GRÁFICO 2 – BALANÇA COMERCIAL	23
GRÁFICO 3 – DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA ARRECADADA NO II TRIMESTRE DE 2021.....	28
GRÁFICO 4 – DECOMPOSIÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	29
GRÁFICO 5 – DECOMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL	30
GRÁFICO 6 – DECOMPOSIÇÃO DAS DESPESAS EXECUTADAS	32
GRÁFICO 7 – DECOMPOSIÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES.....	33
GRÁFICO 8 – DECOMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL.....	34
GRÁFICO 9 – DESPESA POR FUNÇÃO NO II TRIMESTRE DE 2021.....	36
GRÁFICO 10 – SERVIÇO DE DÍVIDA INTERNA POR INSTRUMENTOS.....	47
GRÁFICO 11 – STOCK DE DÍVIDA INTERNA POR INSTRUMENTOS	48
GRÁFICO 12 – EXECUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA TRIMESTRAL.....	49
GRÁFICO 13 – STOCK DA DÍVIDA EXTERNA POR PRAZOS	50
GRÁFICO 14 – STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA	51

ANEXOS

- ANEXO 1 – BALANÇO ORÇAMENTAL
- ANEXO 2 – BALANÇO FINANCEIRO
- ANEXO 3 – BALANÇO PATRIMONIAL
- ANEXO 4 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
- ANEXO 5 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA
- ANEXO 6 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR NATUREZA
- ANEXO 7 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESAS POR FUNÇÃO
- ANEXO 8 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA PIP
- ANEXO 9 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA
- ANEXO 10 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROVÍNCIA
- ANEXO 11 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA RECEITA POR PROVÍNCIA
- ANEXO 12 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR UO
- ANEXO 13 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROJECTO
- ANEXO 14 – MAPA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS
- ANEXO 15 - MAPA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS

SIGLAS, ABREVIATURAS e SIMBOLOGIA

Bbls	Barris de petróleo
BDA	Banco de Desenvolvimento de Angola
BNA	Banco Nacional de Angola
BPFT – II T	Balanço da Programação Financeira do II Trimestre
CDB	Banco de Desenvolvimento da China
CPP	Contratos de Partilha de Produção
CPS	Caixa de Protecção Social do Ministério do Interior
CSS-FAA	Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas
Cost Oil	Custos Recuperáveis
DAR	Documento de Arrecadação de Receita
DC	Documento de Cobrança
DEMFAS	Sistema de Análise Financeira e Gestão da dívida
DLI	Documento de Liquidação de Imposto
Exec. %	Execução do Valor Orçamentado
FACRA	Fundo Activo de Capital de Risco Angolano
FADA	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário
FADCOM	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento das Comunicações
FADEPA	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Pesqueira e da Agricultura
FAS	Fundo de Apoio Social
FDCA	Fundo do Desenvolvimento do Café de Angola
FFH	Fundo de Fomento Habitacional
FGC	Fundo de Garantia de Crédito
FND	Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPCC	Fundo do Projecto Coca Cola
FR	Fundo Rodoviário
FSDEA	Fundo Soberano de Angola
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IRP	Imposto de Rendimento de Petróleo
Kz	Kwanzas
Mbbl	Milhões de Barris
MINFIN	Ministério das Finanças
MININT	Ministério do Interior
MPME	Micro Pequenas e Médias Empresas
LNG	Gás Natural Liquefeito
LR Finance	Linha de Crédito de Israel
OGE	Orçamento Geral do Estado
OGER	Orçamento Geral do Estado Revisto
BT MN	Bilhetes do Tesouro em Moeda Nacional

OT MN	Obrigação do Tesouro em Moeda Nacional
OT – TXC	Obrigações do Tesouro – Títulos Indexados
PAE	Plano Anual de Endividamento
PART	Participação
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimento Público
PC	Plano de Caixa
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
pp	Pontos Percentuais
PNUH	Programa Nacional de Urbanismo e Habitação
REPIB	Reserva Estratégica para Infra-Estruturas de Base
SIGFE	Sistema de Gestão Financeira do Estado
US\$	Dólares dos Estados Unidos da América
<i>WEO</i>	<i>World Economic Outlook</i>
<i>WTI</i>	<i>West Texas Intermediate</i>
Vs	Versus
N.D	Não disponível
*	Previsões / Estimativas

I. INTRODUÇÃO

1. O presente relatório responde à exigência legal, estabelecida nas alíneas b) e c), do n.º 1, do Artigo 275.º da Lei n.º 13/17 de 6 de Julho – Lei Orgânica que Aprova o Regimento da Assembleia Nacional.
2. Nos termos desta disposição legal, "o Presidente da República deve informar à Assembleia Nacional, até 45 dias após o termo do Trimestre a que se refere, para apreciação. O prazo é de até 90 dias, quando se tratar do relatório do quarto trimestre".
3. Deste modo, o presente documento apresenta a execução do Orçamento Geral do Estado (OGE), reflectidos no balanço orçamental, financeiro e patrimonial e na demonstração das variações patrimoniais.
4. A informação apresentada no presente relatório, foi extraída do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), a 29 de Julho de 2021.
5. O documento é apresentado com base nas normas contabilísticas em vigor, relativas aos registos, permitindo a utilização do método de regularização para cumprimento de um dos princípios elementares de escrituração contabilística, designadamente a especialização do exercício.
6. Conforme estipula o n.º 4 do Artigo 13.º do Decreto n.º 36/09, de 12 de Agosto, "A escrituração deve observar, na sua execução, o princípio da especialização do exercício, no qual as receitas e as despesas são incluídas no apuramento do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento".
7. Assim, a informação apresentada, relativa à execução orçamental, financeira e patrimonial do II Trimestre de 2021, poderá sofrer actualizações decorrentes de regularizações cambiais e correcções de erros materiais ou de forma, de acordo com as normas contabilísticas relevantes para o efeito.
8. No entanto, a melhoria da elaboração do REOGE é um processo contínuo, que deverá ter sempre em conta os seguintes aspectos:

- a) Procedimentos de reconciliação bancária.
 - b) Apuramento dos projectos estruturantes finalizados e incorporação nas contas do activo definitivo.
 - c) Controlo da execução da receita e despesa das unidades orçamentais no exterior (Missões Diplomáticas e Consulares).
 - d) Nível de registo no SIGFE dos institutos, serviços e fundos autónomos.
 - e) Melhorias dos sistemas de integração de dados.
 - f) Melhorias na descrição do impacto social dos projectos PIP.
9. O Relatório de Execução Trimestral do OGE, referente ao II Trimestre de 2021, estrutura-se nos seguintes capítulos:
- Capítulo I – Introdução
 - Capítulo II – Sumário Executivo
 - **Capítulo III – Enquadramento Macroeconómico.** Resume a conjuntura macroeconómica nacional, durante o período em referência, com destaque para o produto interno bruto, inflação, desempenho do comércio externo e evolução do preço do petróleo no mercado internacional.
 - **Capítulo IV – Balanço da Programação Financeira.** Apresenta o Balanço da programação financeira elaborada pelo Tesouro Nacional para o trimestre em análise.
 - **Capítulo V – Execução do Orçamento Geral do Estado.** Expõe o desempenho da receita e da despesa durante o período em análise.
 - **Capítulo VI – Balanço da Dívida Pública.** Evidencia as operações de emissão de dívida, interna e externa, bem como o serviço e *stock* da dívida pública no período.

- **Capítulo VII – Desempenho Orçamental dos Fundos Autónomos.** Apresenta os fluxos de recursos provenientes do Tesouro Nacional, bem como as aplicações de fundos sob gestão de diversas instituições.
- **Capítulo VIII – Demonstrativos financeiros.** Apresenta a posição orçamental, financeira e patrimonial do Estado, reflectidos nos respectivos Balanços, bem como demonstra a Posição Patrimonial do Estado no período em análise.
- **Glossário** – Enuncia os conceitos respeitantes às Finanças Públicas e à Contabilidade Pública que constam no documento, na visão da execução do Orçamento Geral do Estado.

II. SUMÁRIO EXECUTIVO

10. Apesar do grande impacto que a pandemia do COVID-19 continua a causar sobre a economia global e do acesso desigual às vacinas por parte dos países, de acordo com o Banco Mundial no seu relatório *Global Economic Prospects* de Junho de 2021, perspectiva-se que a economia global tenha um crescimento na ordem de 5,6% em 2021.
11. Esta recuperação resulta sobretudo, da recuperação económica das principais economias a nível mundial, com realce para os Estados Unidos, cuja recuperação tem sido fomentada por meio de substanciais apoios fiscais que o seu Governo tem concedido. Contudo, embora seja notório um crescendo no processo de vacinação a nível mundial, os riscos e incertezas em relação a COVID-19 continuam ainda elevados devido a possibilidade da propagação de novas variantes do vírus.
12. O OGE 2021, foi elaborado e aprovado com o preço médio de US\$ 39/barril.
13. O preço médio da cotação do Brent ao longo do II Trimestre de 2021, situou-se em cerca de US\$ 68,4 por barril, 75% acima dos US\$ 39 previstos no Orçamento Geral do Estado.
14. Do lado da política cambial, o Banco Nacional de Angola efectuou no II Trimestre de 2021, vendas de divisas equivalentes a US\$ 66 milhões e não houve qualquer transacção de venda de divisas em Euros.
15. No II Trimestre de 2021, a taxa de câmbio média do Kwanza face ao Dólar foi de Kz 644,4. Já a taxa de câmbio média do Kwanza face ao Euro foi de Kz 776,6.
16. O coeficiente das Reservas Obrigatórias para os depósitos do sector privado, do Governo Central e dos Governos Locais, em moeda nacional, fixou-se em 22%, no trimestre em análise.
17. No período em apreço, a Balança Comercial foi positiva na ordem dos US\$ 3,1 mil milhões, tendo o total das exportações totalizado US\$ 5,8 mil milhões e o total das importações US\$ 2,7 mil milhões.

18. O serviço da dívida interna correspondeu a Kz 875,2 mil milhões, representando uma redução de cerca de 20,4% face ao II Trimestre de 2020.
19. No que respeita à execução do serviço da dívida externa, efectuaram-se pagamentos na ordem de Kz 900,4 mil milhões, incluindo capital, juros e comissões, representando um aumento de cerca de 0,6% face ao II Trimestre de 2020.
20. Em 30 de Junho de 2021, o stock da Dívida Governamental situava-se em Kz 41,9 biliões, equivalente a US\$ 64,9 mil milhões, estando composto por 29% de dívida interna e 71% por dívida externa.
21. A dívida das empresas públicas, designadamente Sonangol e TAAG, cifrou-se em Kz 2,6 biliões, equivalente a US\$ 4,1 mil milhões.
22. O stock da Dívida Pública, que engloba a Dívida Governamental e Dívida das Empresas Públicas, situou-se em torno de Kz 44,6 biliões, equivalente a US\$ 69 mil milhões.
23. No âmbito da execução financeira, o OGE 2021 apresentou uma estimativa de receita e despesa autorizada no valor de Kz 14,7 biliões.
24. No II Trimestre do Exercício de 2021, foram arrecadadas receitas no valor de Kz 3,2 bilião e realizadas despesas no valor de Kz 3,1 biliões, tendo sido apurado um resultado orçamental superavitário na ordem de Kz 101,8 mil milhões.
25. Por outro lado, importa referir que, no período em apreço, o Saldo Fiscal foi superavitário na ordem dos Kz 566,4 mil milhões, registando um aumento acima dos 100%. O Saldo Corrente, por sua vez, foi igualmente superavitário na ordem dos Kz 905 milhões, demonstrando que as receitas correntes foram suficientes para suprir as despesas correntes do período.
26. A receita arrecadada, no período, apresenta uma execução de cerca de 23%, em relação à receita anual estimada no OGE 2021.
27. Em relação às receitas, foram arrecadadas:

- a) Receitas Correntes no valor de Kz 2,49 biliões, correspondendo a uma execução de 31% e uma participação sobre a receita total de 76%.
 - b) Receitas de Capital no valor de Kz 774,7 mil milhões, correspondendo a uma execução de 12% e uma participação sobre a receita total de 24%.
28. A Receita de Financiamento, no período em análise, foi de Kz 766 mil milhões, perfazendo uma execução de 12% do previsto no OGE 2021, e uma participação sobre a receita total do Trimestre de 23%.
29. Relativamente às despesas do período em análise, foram executadas:
- c) Despesas Correntes no valor de Kz 1,59 biliões, correspondendo a uma execução de 20%, em relação à despesa autorizada para o ano, e uma participação sobre a despesa total do Trimestre de 50%.
 - d) Despesas de Capital no valor de Kz 1,57 biliões, correspondendo a uma execução de 23%, em relação à despesa autorizada no OGE de 2020, e uma participação sobre a despesa total de 50% do período em análise.
30. A despesa realizada no período em relato ascendeu ao montante de Kz 3,16 biliões, correspondendo a uma execução de 21% em relação à despesa anual autorizada.
31. No Balanço da Programação Financeira do II Trimestre de 2021 arrecadou-se:
- e) Receitas Fiscais no valor de Kz 2,5 biliões.
 - f) Desembolsos de Financiamento interno e externo de Kz 1,2 biliões.
 - g) Fluxo total de entradas, no valor de Kz 3,7 biliões, em que se incluem receitas fiscais, de financiamento e PIIM.
32. O Balanço da programação financeira gerou disponibilidades líquidas no valor de Kz 2,6 biliões e registou despesas totais no período na ordem dos Kz 2,7 biliões.

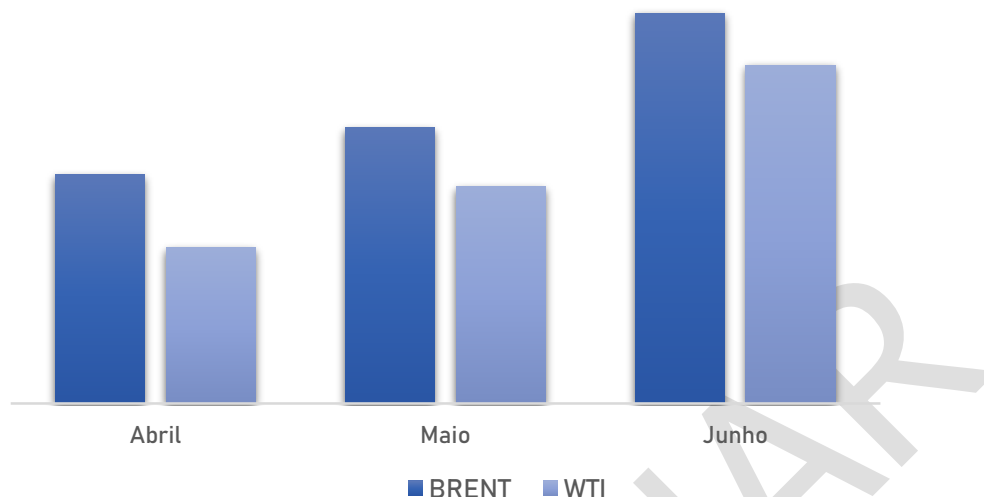
III. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

33. Este enquadramento resume a conjuntura macroeconómica nacional durante o período em análise, com destaque para o produto interno bruto, inflação, desempenho do comércio externo e evolução do preço do petróleo no mercado internacional.

Perspectivas Globais e Indicadores Nacionais

34. O OGE 2021, foi elaborado e aprovado com o preço médio de US\$ 39/barril e prevê um crescimento do PIB nulo.
35. No II Trimestre a produção de petróleo diária, foi em média 1,15 MMbbl/dia, demonstrando uma redução de 5,7%, face o valor previsto no OGE 2021.
36. O preço médio da cotação do Brent (ramas angolanas), ao longo do II Trimestre de 2021, situou-se em cerca de US\$ 68,4 barril, 75% acima dos US\$ 39 previstos no Orçamento Geral do Estado.
37. O preço do petróleo Brent verificou um aumento significativo, nos meses de Maio e Junho, cifrando-se em US\$ 67,4 e US\$ 72,9 respectivamente, tendo se verificado o mesmo comportamento em relação ao petróleo WTI.
38. O gráfico 1, apresenta a evolução mensal do preço do Petróleo Brent e WTI, durante o II Trimestre de 2021.

Gráfico 1 – Evolução do preço do Petróleo Brent vs. WTI no II Trimestre



Fonte: Reuters

39. O Quadro 1, apresenta o comportamento dos pressupostos macroeconómicos da economia nacional, do trimestre em análise.

Quadro 1 – Pressupostos Macroeconómicos

Indicadores	2021		
	OGE	I T	II T
Taxa de Câmbio média, Kz/US\$	721,0	637,9	642,1
Inflação Acumulada (%)	18,7	5,5	12,1
Produção Petrolífera (mil Bbl)/dia)	1 220,4	1 136,1	1 125,1
Preço Médio do Petróleo (US\$/Bbl)***	39,0	61,7	68,4

Fonte: BNA/INE/ANPG/MIREMPET

Sector Monetário

40. No II Trimestre de 2021, o efeito da combinação das políticas fiscal, monetária e cambial, resultou em um aumento da Base Monetária em 12%, conforme demonstra o quadro 2.

Quadro 2 – Evolução da Base Monetária em 2021

(Em Percentagem)

Impacto da Coordenação das Políticas sobre a Base Monetária	II T 2021	Exec/Var. da BM	Exec/Stock da BM
Operações do Tesouro	111 887,09	-157%	7%
Política Fiscal	(259 938,62)	365%	-15%
Operações de Dívida e Regularizações	371 816,28	-522%	22%
Política Monetária (Impacto Instrumental)	107 905,33	-151%	6%
Operações de Mercado Aberto	29 010,62	-41%	2%
Operações estruturais (cedência de Liquidez)	(2 444,60)	3%	0%
Facilidades Permanentes de Liquidez	81 339,30	-114%	5%
Redesconto	-	-	-
Política Cambial	(13 121,59)	18%	-1%
Efeito Combinado das Políticas Fiscal, Monetária e Cambial	206 670,83	-290%	12%

Fonte: BNA.

41. No que concerne aos instrumentos de gestão da política monetária, o Banco Nacional de Angola pautou-se pela manutenção da taxa básica de juro (Taxa BNA) em 15,5%.
42. O coeficiente das Reservas Obrigatórias para os depósitos do sector privado, do Governo Central e dos Governos Locais, em moeda nacional, manteve-se nos 22%, no trimestre em análise. Por sua vez, aumentou o coeficiente das reservas obrigatórias em moeda estrangeira de 17% para 22%, sendo o cumprimento efectivo na moeda de captação dos depósitos.

Sector Cambial

43. O regime cambial flutuante, em que a taxa de câmbio é livremente definida pelo mercado, tem permitido uma alocação mais eficiente dos recursos cambiais, através da sua oferta em leilões de venda de divisas mais regulares, não perdendo de vista o atendimento prioritário das necessidades produtivas da economia nacional.

44. No II Trimestre de 2021, a taxa de câmbio média do kwanza face ao dólar foi de Kz 642. Ao passo que a taxa de câmbio média do Kwanza face ao Euro foi de Kz 773.
45. Em relação aos leilões de venda de divisas, durante o período em análise, o BNA vendeu Dólares equivalentes a US\$ 66 milhões e não houve qualquer transacção de venda de divisas em Euros, conforme se mostra no Quadro 3.

Quadro 3 – Venda de Divisas e Taxa de Câmbio

(Valores em US\$)

Mês	Venda Divisas US\$			Venda Divisas EUR			Taxa de Câmbio	
	2021	2020	Var. %	2021	2020	Var. %	EUR	US\$
Abril	36 659 900	188 366 022	-81%	0	0	0%	780,2	645,0
Maio	21 830 000	350 000 000	-94%	0	2 830 675	-100%	782,5	642,0
Junho	7 530 000	349 121 424	-98%	0	2 830 675	-100%	767,9	646,0
Total	66 019 900	887 487 446	-93%	-	5 661 350	-100%		

Fonte: BNA.

Comércio Externo

46. No II Trimestre de 2021, o valor aduaneiro das exportações cifrou-se em Kz 3,7 biliões, com uma variação em relação ao período homólogo de cerca de 87%.
47. Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (petróleo bruto), foram a principal mercadoria exportada, com um contributo de Kz 3,3 biliões, representando um aumento de 92% em relação ao período homólogo.
48. O Quadro 4 apresenta a decomposição das exportações por produtos.

Quadro 4 – Produtos Exportados

(Milhões de Kwanzas)

Categoria Económica da Despesa	II T 2021	II T 2020	Variação Homóloga (%)
Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	3 318 996	1 730 078	92%
Diamantes, mesmo trabalhados	225 597	76 130	196%
Óleos de petróleo, excepto óleos brutos	98 256	49 501	98%
Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos	13 979	108 979	-87%

Categoria Económica da Despesa	II T 2021	II T 2020	Variação Homóloga (%)
Peixes congelados	6 486	179	3518%
Crustáceos, próprios para alimentação humana	6 355	4 120	54%
Madeira serrada ou fendida	5 661	2 636	115%
Turboreactores, turbopropulsores e outras turbinas a gás	4 699	2 577	82%
Máquinas e aparelhos mecânicos com função própria	3 556	290	1125%
Cimentos hidráulicos	3 478	220	1478%
Granito, pórfiro, basalto, arenito e outras pedras	2 560	2 744	-7%
Outros motores e máquinas motrizes	2 227	23	0%
Cervejas de malte	1 844	365	405%
Bombas para líquidos, elevadores de líquidos	1 843	391	371%
Outros veículos aéreos, espaciais e de lançamento	1 663	-	0%
Sêmeas, farelos e outros resíduos	1 572	610	158%
Partes das bulldozers, angledozers, talhas	1 463	917	60%
Torneiras, válvulas para canalizações, caldeiras, cubas	1 335	201	564%
Talhas, cadernais e moitões	1 273	4	31505%
Barras de ferro ou aço não ligado	1 067	745	43%
Outros	27 223	13 983	95%
Total	3 731 132	1 994 694	87%

Fonte: AGT.

49. Importa realçar que, as altas variações na exportação resultam da sazonalidade do fluxo comercial.
50. O Quadro 5 apresenta a decomposição das exportações por país.

Quadro 5 – Exportações por Países
(Milhões de Kwanzas)

Países de Destino	II T 2021	II T 2020	Variação Homóloga (%)
China	2 055 972	1 282 638	60%
India	353 076	91 955	284%
Estados-Unidos	330 172	178 424	85%
Emirados Árabes Unidos	161 377	77 928	107%
Indonésia	135 029	6 342	2029%

Países de Destino	II T 2021	II T 2020	Variação Homóloga (%)
Tailândia	117 955	58 639	101%
Chile	106 561	-	0%
Itália	89 593	1 110	7974%
Singapura	73 694	5 916	1146%
Bélgica	55 173	12 143	354%
Espanha	48 095	11 897	304%
Japão	39 947	20	196603%
Taiwan (Província Chinesa)	27 988	36 610	-24%
Uruguai	26 578	25 420	5%
Canada	24 452	14	173685%
Republica Democrática Do Congo	13 824	4 171	231%
Togo	10 967	4 837	127%
Suécia	6 408	36	0%
Costa Do Marfim	5 542	25	21991%
Congo (Brazzaville)	5 494	1 099	400%
Outros	43 236	195 470	-78%
Total	3 731 132	1 994 694	87%

Fonte: AGT.

51. A China foi o principal destino das mercadorias angolanas, com um contributo de Kz 2 biliões, representando um aumento de 60%, comparando com o período homólogo.
52. Relativamente a participação dos países de exportação, a China foi o principal destino, com 55% do total das exportações, seguida pela Índia e pelos Estados Unidos da América, com 9,5% e 8,8% respectivamente.
53. Os destinos com maior variação homóloga foram o Japão, Canadá e Costa do Marfim.
54. As exportações para Taiwan apresentaram uma variação negativa face ao período homólogo.
55. Os Quadros 6 e 7 apresentam os dados referentes às importações, considerando os dados aduaneiros.

56. No II Trimestre de 2021, o valor aduaneiro das importações cifrou-se em Kz 3,5 biliões, representando um aumento de 51% em relação ao mesmo período do ano de 2020.
57. Óleos de petróleo, excepto óleos brutos, foram o principal produto importado com um valor total de Kz 247 mil milhões, com uma participação de 7%, representando um aumento de 174% em relação ao mesmo período de 2020. Desta forma, a Sonangol Logística, Lda. foi a principal importadora.

Quadro 6 – Produtos Importados
(Milhões de Kwanzas)

Mercadoria	II T 2021	II T 2020	Variação Homóloga (%)
Óleos de petróleo, excepto óleos brutos;	247 687	90 254	174%
Arroz	36 928	55 788	-34%
Trigo e mistura de trigo com centeio	35 207	19 687	79%
Veículos automóveis para transporte de mercadorias.	34 624	18 074	92%
Carnes de Aves (Frango, Peru, Patos)	33 362	30 898	8%
Automóveis de passageiros.	32 790	19 214	71%
Moldes para vestuário.	29 758	6 598	351%
Açúcar	29 584	20 305	46%
Medicamentos Diversos acondicionados a venda a retalho	27 574	22 367	23%
Veículos automóveis, para o transporte de dez pessoas	27 566	15 961	73%
Ferramentas de perfuração ou de sondagem.	25 016	744	3264%
Óleo de soja	23 926	11 412	110%
Construções e suas partes	21 728	32 109	-32%
Tubos e perfis ocos, sem costura, de ferro ou aço.	21 704	11 561	88%
Torneiras, válvulas para canalizações, caldeiras, cubas	21 207	29 838	-29%
Óleo de palma	21 056	27 056	-22%
Aparelhos telefónicos, incluindo os telefones de redes celulares	18 994	7 478	154%
Turborreactores, turbopropulsores e outras turbinas a gás.	18 876	8 136	132%
Centrifugadores, aparelhos para filtrar.	17 245	6 549	163%
Bombas para líquidos,; elevadores de líquidos.	16 173	11 282	43%
Outros	2 789 979	1 892 810	47%
Total	3 530 986	2 338 119	51%

Fonte: AGT.

58. Importa dar nota de que, os dados referentes às exportações e às importações, relativos ao sector petrolífero, sofrem actualizações constantes, podendo ser

actualizados até 90 dias após o término do período. Por essa razão, os números apresentados devem ser considerados como sendo provisórios.

Quadro 7 – Importações por Países

(Milhões de Kwanzas)

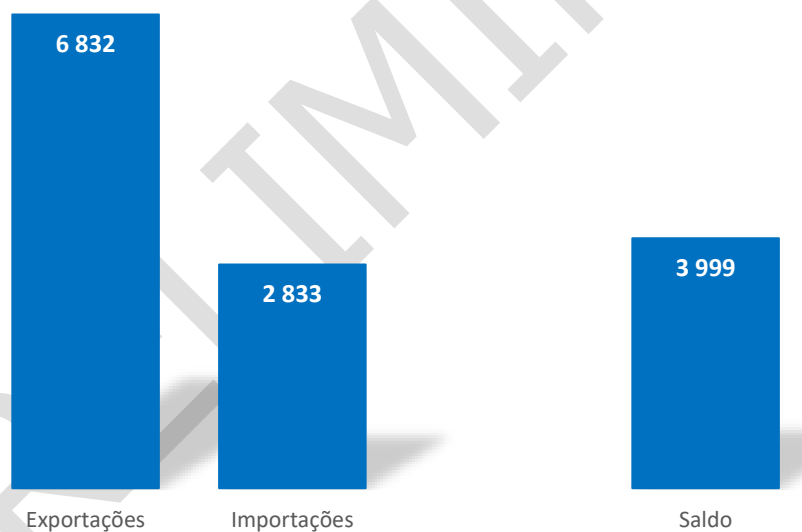
Países	II T 2021	II T 2020	Variação Homóloga (%)
China	276 137	148 485	86%
Portugal	214 638	183 704	17%
Índia	117 046	33 677	248%
Itália	102 323	29 737	244%
Togo	98 961	18 533	434%
Brasil	91 079	83 165	10%
Bélgica	88 197	52 783	67%
Reino Unido	83 895	55 890	50%
Estados-Unidos	80 717	65 995	22%
França	61 426	40 597	51%
Emirados Árabes Unidos	51 033	24 043	112%
África Do Sul	50 911	37 678	35%
Federação Da Rússia	42 604	14 994	184%
Turquia	41 307	37 738	9%
Argentina	35 485	2 709	1210%
Alemanha	33 535	17 231	95%
Malásia	29 314	20 119	46%
Noruega	24 289	18 045	35%
Indonésia	23 523	16 007	47%
Hong-Kong	22 826	1 619	1310%
Outros	1 961 740	1 435 372	37%
Total	3 530 986	2 338 119	51%

Fonte: AGT.

59. A China foi o principal fornecedor de Angola, atingindo um valor comercial de Kz 276 mil milhões, o que representou uma participação de cerca de 8% sobre o total fornecido, apresentando um aumento de 86% em relação ao período homólogo.

60. Portugal foi o segundo maior fornecedor do País, com Kz 214 mil milhões, com uma participação de cerca de 6%, representando um aumento na ordem dos 17% em comparação com o mesmo período.
61. De igual modo, a Itália, a Índia, Togo, Argentina e o Hong-Kong, foram os países que aumentaram significativamente os seus fornecimentos à Angola, comparativamente ao período homólogo.
62. A seguir, o gráfico 2 apresenta o comportamento da Balança Comercial, no período em análise.

Gráfico 2 – Balança Comercial
(Mil Milhões de Dólares Norte Americanos)



Fonte: BNA

63. De acordo as informações do BNA, o período em análise apresentou uma balança comercial positiva, na ordem dos US\$ 3,99 mil milhões, tendo o total das exportações totalizado US\$ 6,83 mil milhões e o total das importações US\$ 2,83 mil milhões.

IV. BALANÇO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO II TRIMESTRE DE 2021

64. O Balanço da Programação Financeira do Tesouro, para o II Trimestre de 2021 (BPFT- II T 2021), foi elaborada tendo em atenção as disposições legais que regulam a execução financeira do Orçamento Geral do Estado, em consonância com a Programação Macro Fiscal para o ano em referência.
65. O BPFT- II T 2021 contém as entradas e saídas de recursos financeiros no período em referência, evidenciando operações com Incidência Directa e Indirecta de Tesouraria.
66. No período em análise, verificaram-se entradas de recursos financeiros no valor de Kz 3,7 biliões, decompostos da seguinte forma:
- a) Receitas fiscais no valor de Kz 2,5 biliões, sendo Kz 1,7 biliões de receitas petrolíferas e Kz 822 mil milhões de receitas não petrolíferas, representando uma execução de 110% em relação ao OGE previsto para o II T de 2021, e uma participação sobre o total da receita de 45% e 22% respectivamente.
 - b) Receita de financiamento no valor de Kz 1,2 biliões, sendo Kz 615,2 mil milhões de Desembolsos de Financiamento Interno e Kz 596,2 mil milhões de Desembolsos de Financiamento Externo, representando uma execução de 184% e 63% em relação a programação prevista para o II T de 2021, e uma participação sobre o total da receita de 16,3% e 15,8% respectivamente.
 - c) Receitas referente aos recursos destinados ao Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), na ordem dos Kz 42,5 mil milhões, representando uma execução de 67% face ao valor programado.
67. No período em análise, verificaram-se saídas de recursos financeiros no valor de Kz 3,15 biliões, que se decompõem da seguinte forma:
- d) Serviço da Dívida no valor de Kz 1,77 biliões, correspondendo a 56% das saídas totais.

- e) Despesas com Pessoal no valor de Kz 468,9 mil milhões, representando 15% das saídas totais.
 - f) Despesas de Bens e Serviços, perfazendo Kz 113,2 mil milhões, representando 4% do total das saídas.
 - g) Despesas de Capital no valor de Kz 245,8 mil milhões, correspondendo 8% do total das saídas.
 - h) Transferências Correntes no valor de Kz 79,6 mil milhões, representando 3% das saídas totais.
 - i) Subsídios no valor de Kz 26 mil milhões, correspondendo a cerca de 1% do total das saídas.
68. Foram ainda registadas saídas de Despesas Transitadas no valor de Kz 447,9 mil milhões, compostas da seguinte forma:
- j) Despesas de Exercícios Anteriores (Restos a Pagar) no valor de Kz 106,5 mil milhões, correspondendo a 24% do total das Despesas transitadas.
 - k) Despesa de períodos anteriores no valor de Kz 341,4 mil milhões, correspondendo a 76% do total das Despesas transitadas.
69. Esta programação financeira gerou disponibilidades líquidas no valor de Kz 2,6 biliões e despesas do período de Kz 2,7 biliões, tendo em conta as entradas de Kz 3,7 biliões menos as consignações de Kz 1,1 biliões, e de pagamentos de Kz 3,1 biliões, menos os Kz 448 mil milhões de despesa transitada. Assim, o Balanço de execução da Programação Financeira do II Trimestre gerou um Saldo negativo do Período de Kz 512 mil milhões.
70. O Défice no período, foi coberto em cerca de Kz 1,7 biliões pelo saldo proveniente do Disponível da CUT e dos saldos das contas *Escrow*. Considerando a cobertura do défice do período, o saldo final do período foi positivo em Kz 1,2 biliões.
71. O Quadro 8 apresenta o BE Programação Financeira para o II Trimestre de 2021.

Quadro 8 – Balanço da Programação Financeira do II Trimestre 2021

(Milhões de Kwanzas)

nº	DESCRIÇÃO	PFT II T 2021	Execução PFT	Part. %
1	ENTRADAS TOTAIS	3 624 795,51	3 767 528,03	104%
1.1	Receita Fiscal	2 279 703,48	2 513 498,26	110%
1.1.1	Petrolífera	1 533 584	1 691 126	110%
1.1.1.1	Sonangol	1 205 717	1 225 412	102%
1.1.1.1.1	Impostos	0	0	-
1.1.1.1.2	Concessionária	1 205 717	1 225 412	102%
1.1.1.2	Outras Companhias	327 867	465 714	142%
1.1.2	Não Petrolífera	746 120	822 372	110%
1.1.2.1	Receita Diamantífera	6 298	16 735	266%
1.1.2.2	Receitas Aduaneiras	67 269	100 210	149%
1.1.2.3	Imposto Sobre Aplicação de Capitais	39 930	32 236	81%
1.1.2.4	Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA)	223 129	271 638	122%
1.1.2.5	Imposto Sobre Rendimento do Trabalho	141 409	146 890	104%
1.1.2.6	Imposto Industrial	180 464	165 685	92%
1.1.2.7	Outras receitas não petrolíferas	87 620	88 978	102%
1.2	Receita de Financiamento	1 281 218	1 211 475	95%
1.2.1	Desembolsos de Financiamento Interno	334 171	615 242	184%
1.2.2	Desembolsos de Financiamento Externo	947 047	596 233	63%
1.4	Plano Integrado de Intervenção nos Municípios	63 874	42 555	67%
2	RECURSOS CONSIGNADOS	1 375 738	1 122 278	82%
2.1	Consignações Correntes	1 375 738	1 122 278	82%
2.1.1	Petrolíferas	1 306 432	1 048 460	80%
2.1.2	Não Petrolíferas	37 306	12 294	33%
2.1.3	Fundo de Regularização da Dívida	32 000	61 524	192%
3	DISPONIBILIDADES LIQUIDAS (1-2)	2 249 058	2 645 250	118%
4	FLUXO TOTAL DE PAGAMENTOS NO PERÍODO	3 493 398	3 157 350	90%
4.1	Despesa Transitada	105 114	447 985	426%
4.2	Despesa do Período	3 514 584	2 709 365	77%
4.2.1	Despesa com Pessoal	534 918	468 889	88%
4.2.2	Despesa em Bens e Serviços	159 151	113 223	71%
4.2.3	Transferências Correntes	129 927	79 586	61%
4.2.4	Subsídios	63 781	26 176	41%
4.2.5	Despesa de Capital	359 199	245 782	68%
4.2.6	Serviço Da Dívida	2 267 607	1 775 708	78%
4.2.7	Reservas Orçamentais	274 081	0	0%
5	SALDO DO PERÍODO (3-4)	-1 370 640	-512 100,48	37%
6	COBERTURA DO DÉFICE DO EXERCÍCIO	1 342 052	1 746 560	130%
6.1	Saldos da Escrow	1 014 795,00	687 856	68%
6.2	Saldos da CUT	968 453	1 058 704	109%
7	SALDO NO FINAL DO PERÍODO (6-5)	699 133	1 234 460	177%
7.1	Saldos provenientes da CUT Indisponível	573 092	0	0%
8	SALDO NO FINAL DO PERÍODO 2 (7+7.1)	-372 262	0	0%

Fonte: MINFIN

V. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO NO II TRIMESTRE

72. Este capítulo, demonstra a arrecadação de receitas e realização de despesas pelos organismos públicos. No II Trimestre do exercício de 2021, o Orçamento Geral do Estado apresentou a execução que se descreve em seguida.

Receitas Arrecadadas

73. No II Trimestre de 2021, a receita total arrecadada cifrou-se em Kz 3,2 bilhões, correspondendo a uma execução de 22% da receita anual estimada e um incremento de 42% em comparação com o período homólogo.
74. A variação homóloga na receita é justificada essencialmente pelo aumento na arrecadação de receitas petrolíferas, considerando o aumento do preço do petróleo comparativamente ao período homólogo. Por outro lado, as receitas diamantíferas registaram um aumento significativo acima dos 100% face ao período homólogo.
75. O Quadro 9 ilustra a Execução da Receita nas diferentes rubricas orçamentais, demonstrando uma maior captação de recursos a nível das receitas petrolíferas.

Quadro 9 – Receita Arrecadada no II Trimestre 2021

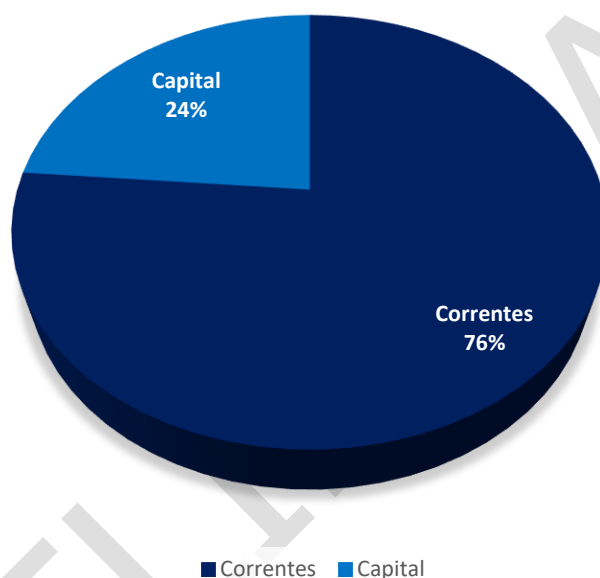
(Milhões de Kwanzas)

Receitas	Prevista	Arrecadada			Exec.%	Part.%	Var. % Homóloga
		I T 2021	II T 2021	II T 2020			
Correntes	8 104 860	1 526 873	2 496 851	1 759 378	31%	76%	42%
Petrolíferas	4 059 222	885 395	1 306 079	852 618	32%	40%	53%
Concessionária	2 786 675	704 761	862 801	533 448	31%	26%	62%
Companhias	1 272 547	180 634	443 279	319 169	35%	14%	39%
Diamantíferas	28 112	14 738	13 557	5 538	48%	0%	145%
Outras Receitas Tributárias	3 339 996	858 641	1 150 266	794 579	34%	35%	45%
Outras Receitas Patrim. e Correntes	349 497	15 744	26 949	39 370	8%	1%	-32%
Receitas de Contribuições Sociais	328 032	-247 645	0	67 274	0%	0%	-100%
Capital	6 680 341	1 683 084	774 784	548 031	12%	24%	41%
Alienações	155 558	1 669	8 343	1 903	5%	0%	338%
Financiamentos	6 186 509	1 681 430	766 055	546 113	12%	23%	40%
Internos	2 190 961	1 052 515	623 238	339 062	28%	19%	84%
Externos	3 995 548	628 915	142 818	207 051	4%	4%	-31%
Receita De Transferências De Capital	0	-15	386	15	0%	0%	100%
Outras Receitas de Capital	338 274	0	0	0	0%	0%	0%
Total Geral	14 785 201	3 209 957	3 271 635	2 307 409	22%	100%	42%

Fonte: MINFIN.

76. Conforme apresentado no quadro 9, as receitas totais decompõem-se em receitas correntes e receitas de capital. As receitas correntes representaram 76% da receita total, e por outro lado, as receitas de capital tinham um peso percentual de 24%, tal como se pode observar no gráfico 3.

Gráfico 3 – Decomposição da Receita Arrecadada no II Trimestre de 2021
(Em Percentual)



Fonte: MINFIN

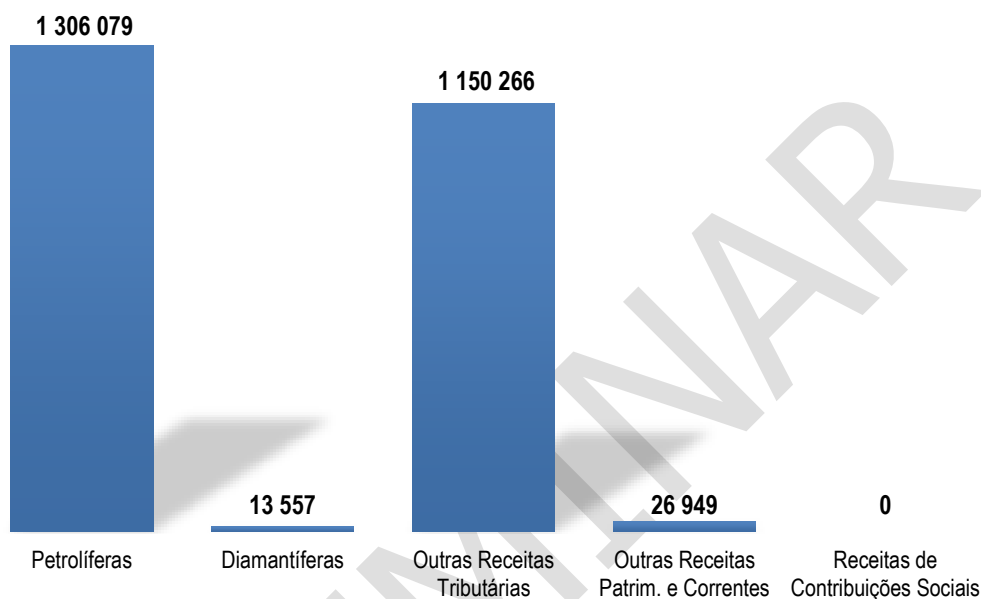
Receitas Correntes

77. No período em análise, as receitas correntes arrecadadas totalizaram cerca de Kz 2,49 biliões com uma execução de 31% da receita anual estimada, e representavam um peso percentual de 76% sobre a receita total.
78. As receitas correntes registaram um aumento de cerca de 42% face ao período homólogo, influenciado principalmente pelo aumento na arrecadação das receitas petrolíferas e receitas diamantíferas, com variações homólogas na ordem de 53% e 145% respectivamente.

79. O gráfico 4 apresenta a decomposição das receitas correntes no período em análise.

Gráfico 4 – Decomposição das Receitas Correntes

(Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN

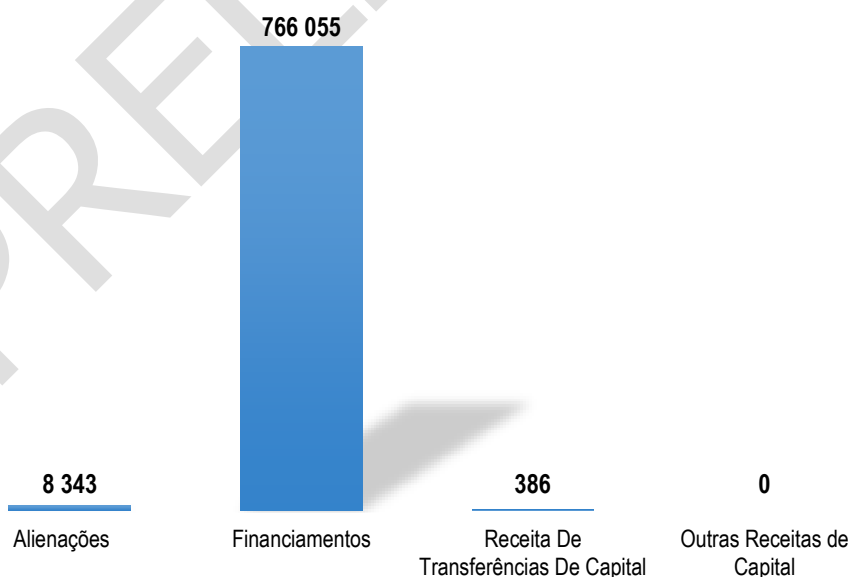
80. A Receita do Sector Petrolífero, que é composta pela receita da Concessionária e a receita das Companhias Petrolíferas associadas, registou uma arrecadação de Kz 1,3 biliões, representando uma execução de 32% e uma participação de 40% sobre a receita total prevista.
81. As receitas das Companhias Petrolíferas Associadas entram nos cofres do Estado pelos diversos impostos afectos ao sector, nomeadamente o Imposto Sobre a Produção e Transacção de Petróleo e a Taxa de Transacção, pagos internamente, e aqueles referentes ao serviço da dívida externa, conhecidos como carregamentos dedicados.
82. As outras receitas tributárias registaram uma arrecadação na ordem dos Kz 1,1 bilião, com destaque para os impostos sobre rendimento do trabalho por conta de outrem, imposto industrial, Imposto sobre o Valor Acrescentado e imposto sobre as importações. As receitas tributárias tiveram uma execução de 34% e uma participação de 35%.

83. As Receitas de Contribuições sociais, representaram uma redução de 100%, resultante de ajustamentos e regularizações efectuados pelo Órgão competente.
84. As Outras Receitas Patrimoniais e Correntes, que comportam Receitas de Serviços Comerciais, Notariado e Diversos, bem como Receitas com Indemnizações e Rendas de Imóveis, registaram uma execução de 8% e uma participação de 1% sobre a receita total.

Receitas de Capital

85. No trimestre em análise, as Receitas de Capital ascenderam o valor de Kz 774,7 mil milhões, correspondendo a uma execução de 12% do valor anual estimado e uma participação sobre a receita total do Trimestre de 24%.
86. O gráfico 5 apresenta a decomposição das receitas de capital, no trimestre em análise.

Gráfico 5 – Decomposição das Receitas de Capital
(Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN

87. As Receitas de Alienações registaram uma arrecadação de cerca de Kz 8,3 mil milhões, representando um aumento significativo acima dos 100%, face ao período homólogo, e uma execução de 5% face ao valor total estimado.
88. As Receitas de Financiamento Interno e Externo atingiram uma participação de 23% sobre a Receita Total e uma execução de 12% em relação a Receita Prevista. Comparativamente ao período homólogo, as receitas de financiamentos registaram um aumento significativo na ordem dos 41%.
89. Os financiamentos internos representaram maior fatia das receitas de capital, com uma execução na ordem dos Kz 623 mil milhões, correspondente a 28% face ao valor anual estimado, e uma participação sobre a receita total de 19%.
90. Importa salientar que as receitas de financiamento apresentadas neste capítulo podem apresentar, em lapsos de tempo, diferenças em relação as receitas que efectivamente entraram nos cofres do Estado, devido a óptica do registo da receita de financiamento no sistema financeiro.
91. Este facto ocorre, uma vez que, em observância ao princípio do equilíbrio orçamental, as receitas de financiamento são apenas registadas mediante o registo da execução da despesa por parte das Unidades Orçamentais, causando um desfasamento temporal no registo.

Despesas Realizadas

92. A despesa total realizada no período em análise ascendeu o montante de Kz 3,1 biliões, correspondendo a uma execução de 21% em relação à despesa autorizada e uma ligeira redução de 2%, comparativamente ao período homólogo.
93. O Quadro 10 apresenta a realização da Despesa por natureza, referente ao II Trimestre de 2021.

Quadro 10 – Despesa por natureza no II Trimestre de 2021

(Milhões de Kwanzas)

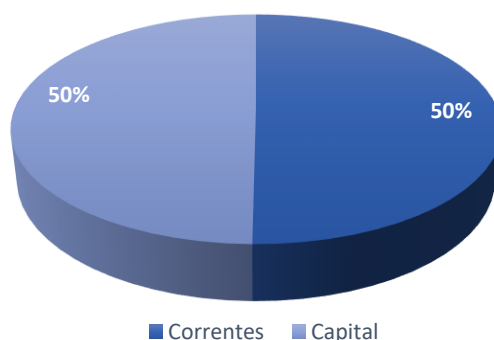
Natureza da Despesa	Prevista	Realizada			Exec. %	Part.%	Var.% Homologa
		I T 2021	II T 2021	II T 2020			
Correntes	7 948 484	1 026 524	1 591 034	1 506 644	20%	50%	6%
Pessoal e Contrib.do Empregador	2 491 588	493 481	498 245	475 465	20%	16%	5%
Bens	565 020	95 083	176 190	64 842	31%	6%	172%
Serviços	1 108 944	95 542	152 000	77 351	14%	5%	97%
Juros da Dívida	2 827 064	228 958	603 042	739 265	21%	19%	-18%
Subsídios e Outras Transferências	955 867	113 460	161 556	149 721	17%	5%	8%
Capital	6 836 717	1 555 875	1 578 799	1 730 763	23%	50%	-9%
Investimentos	1 609 449	514 317	324 496	354 559	20%	10%	-8%
Transferências de Capital	160 050	750	14 750	0	9%	0%	100%
Despesas de Capital Financeiro	5 040 018	1 040 756	1 239 458	1 376 179	25%	39%	-10%
Outras Despesas De Capital	23 455	53	95	25	0%	0%	279%
Reserva Orçamental	3 745	0	-	0	0%	0%	0%
Total Geral	14 785 201	2 582 400	3 169 832	3 237 407	21%	100%	-2%

Fonte: MINFIN

94. Tal como se pode observar, as despesas totais são decompostas por despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes representaram 50% da despesa total, enquanto que a despesa de capital representa de igual modo cerca de 50%, conforme o gráfico 6.

Gráfico 6 – Decomposição das Despesas Executadas

(Em Percentual)

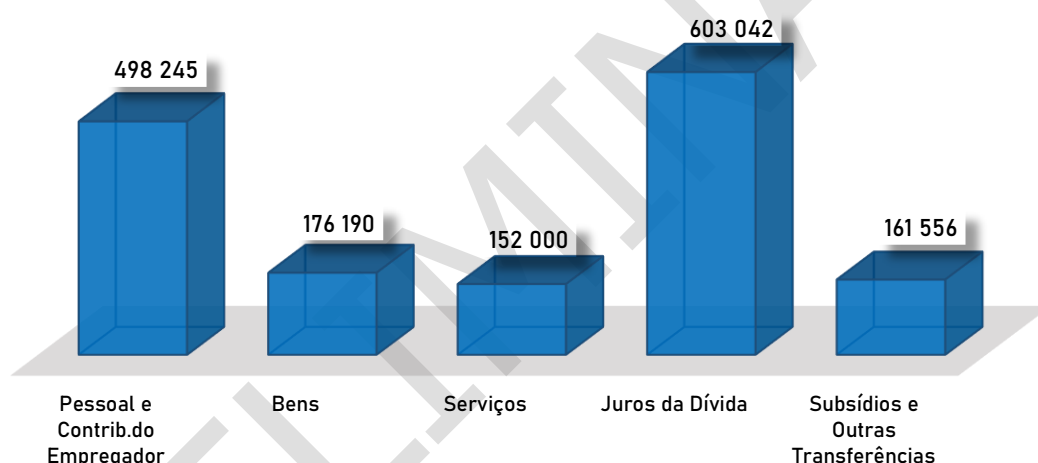


Fonte: MINFIN.

Despesas Correntes

95. As Despesas Correntes realizadas no período, ascenderam a Kz 1,59 biliões, correspondendo a uma execução de 20%, em relação à despesa autorizada, e a uma participação de 50% da despesa total.
96. O gráfico 7 apresenta a execução das despesas correntes, nas diversas naturezas económicas.

Gráfico 7 – Decomposição das Despesas Correntes
(Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN

97. Os Encargos com Pessoal, que se referem a pagamentos de salários e obrigações remuneratórias, registaram uma realização de 20% e uma participação de 16% sobre a despesa total realizada. Comparativamente ao II Trimestre de 2020, foram registadas variações em torno de 5%.
98. No período em análise, as Despesas de Bens e de Serviços registaram uma execução de 31% e 14%, respectivamente. As despesas de Bens e de serviços verificaram um aumento de 172% e de 97% respectivamente face ao II Trimestre de 2020.
99. As Despesas com Juros da Dívida (Interna e Externa) foram executadas na ordem dos Kz 603 mil milhões, tendo sido registada uma realização de 21% e

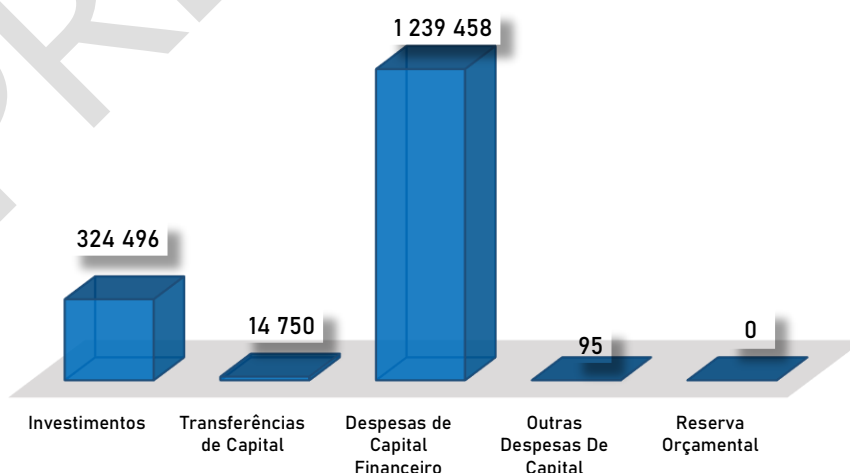
uma participação na despesa total de 19%, representando a maior fatia na categoria das despesas correntes. Comparativamente ao período homólogo, verificou-se uma redução de 18%.

100. As Despesas com Subsídios e Transferências registaram uma execução na ordem dos Kz 161,5 mil milhões, correspondendo a uma execução de 17%, sendo caracterizadas, essencialmente, pelos subsídios operacionais, os subsídios aos preços, subsídios para cobertura de custos com pessoal, transferências para as famílias, bolsas de estudo e subsídios para entidades tradicionais.

Despesas de Capital

101. As Despesas de Capital realizadas no período ascenderam a Kz 1,57 biliões, demonstrando uma execução de 23% e uma participação sobre a despesa total de 50%. Houve uma redução de 9% face ao II Trimestre de 2020, fruto de uma redução sobretudo na execução das despesas de capital financeiro.
102. O gráfico 8 apresenta a composição das despesas de capital, no período em análise.

Gráfico 8 – Decomposição das Despesas de Capital
(Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN

103. As Despesas de Investimento tiveram uma execução na ordem dos Kz 324,5 mil milhões, que equivale a 20% do valor autorizado. As despesas de Investimento estavam desagregadas em Construções de Imóveis, Infra-estruturas e Instalações, Meios e Equipamentos de Transporte e Aquisição de Imóveis, e apresentaram uma diminuição de 8%, face ao II Trimestre de 2020.
104. A execução da Despesa de Capital Financeiro foi de Kz 1,2 biliões, representando uma execução de 25% e uma participação de 39% sobre a despesa total, destacando-se o pagamento de amortizações de capital a credores internos, na ordem dos 736,9 mil milhões, o equivalente a 59% do valor das despesas de capital financeiro.

Despesas Por Função

105. A Execução da Despesa por Função, esboça a acção governamental, nos diferentes sectores, como por exemplo: Saúde, Educação, Protecção Social e Defesa. Tal como está apresentada no Quadro 11, não espelha as Operações da Dívida Pública, por não fazer referência a uma função governamental.
106. Assim, tal como apresentado no quadro 11, a execução das despesas por função, excluindo as operações da dívida pública, totalizou cerca de Kz 1,3 biliões.

Quadro 11 – Despesa Realizada por Função no II Trimestre de 2021

(Milhões de Kwanzas)

Funções do Governo	Autorizada	Despesa Realizada			Exec.%	Part.%	Var. %
		I T 2021	II T 2021	II T 2020			Homóloga
Sector Social	2 936 273	465 935	483 372	93 288	16%	36%	418%
Educação	1 050 902	155 368	159 217	6 474	15%	12%	2359%
Saúde	866 359	197 792	165 676	48 548	19%	12%	241%
Protecção Social	588 108	51 012	59 152	244	10%	4%	24143%
Habitação e Serviços Comunitários	372 220	52 936	88 260	33 709	24%	7%	162%
Recreação Cultura e Religião	45 736	8 376	9 525	4 312	21%	1%	121%
Protecção Ambiental	12 949	450	1 542	0	12%	0%	>500%
Assuntos Económicos	982 598	335 362	236 634	76 450	24%	18%	210%
Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça	95 958	12 543	15 044	6 355	16%	1%	137%
Combustíveis e Energia	421 212	200 201	120 242	35 071	29%	9%	243%
Industria Extractiva, construção	45 825	6 607	11 218	298	24%	1%	3664%
Assuntos Econ Gerais, Com E Laborais	44 177	3 590	3 744	0	8%	0%	>500%

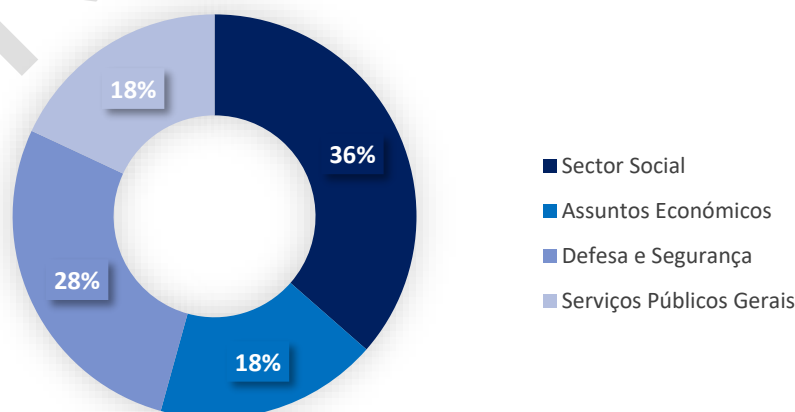
Funções do Governo	Autorizada	Despesa Realizada			Exec.%	Part.%	Var. % Homóloga
		I T 2021	II T 2021	II T 2020			
Transportes	329 945	109 904	80 758	34 726	24%	6%	133%
Comunicações E Tecn Da Informação	16 338	2 375	5 528	0	34%	0%	>500%
Outros Actividades Económicas	809	106	98	0	12%	0%	>500%
Invest. E Desen.(I&D) Em Assunt. Econ.	28 334	35	2	0	0%	0%	>500%
Defesa e Segurança	1 409 199	319 569	366 705	118 361	26%	28%	210%
Defesa Nacional	649 550	167 195	178 240	100 661	27%	13%	77%
Segurança e Ordem Pública	759 649	152 374	188 465	17 700	25%	14%	965%
Serviços Públicos Gerais	1 661 468	192 541	239 287	22 639	14%	18%	957%
Totais	6 989 538	1 313 406	1 325 998	310 739	19%	100%	327%

Fonte: MINFIN.

107. No período em apreço, o sector com maior orçamento e execução foi o Sector Social, com uma execução na ordem dos Kz 483,4 mil milhões, que equivale a 16% do valor previsto, representando 36% da despesa total autorizada.
108. Seguidamente, apresenta-se o sector de Defesa e Segurança, com uma execução de Kz 366,7 milhões, representando uma execução de 26% e uma participação de 28% da despesa total autorizada.
109. Os sectores da Defesa e Segurança e dos Serviços Públicos Gerais, tiveram uma execução de 26% e 14%, e representaram um peso percentual sobre a despesa total de 28% e 18%, respectivamente, tal como se pode observar no gráfico 9.

Gráfico 9 – Despesa por Função no II Trimestre de 2021

(Em Percentagem)



Fonte: MINFIN.

110. No Sector Social, a despesa com maior orçamento atribuído foi para o Sector da Educação, tendo sido autorizado cerca de Kz 1,1 bilião e, no trimestre em análise, foi executado Kz 159,2 mil milhões, que demonstra uma execução de 15%.
111. Seguidamente, apresenta-se o sector da Saúde com uma despesa autorizada na ordem dos Kz 866,4 mil milhões e teve uma execução de Kz 165,7 mil milhões que corresponde a 19% do valor autorizado.
112. No Sector Económico, o sector com maior orçamento e execução é o sector dos Combustíveis e Energia, com um orçamento na ordem dos Kz 421,2 mil milhões e uma execução de Kz 120,2 mil milhões, que corresponde a 29%.
113. A segunda função governamental com maior orçamento e execução no Sector Económico é o Sector dos Transportes, com um orçamento de Kz 329,9 mil milhões e uma execução de Kz 80,8 mil milhões, correspondente a uma execução de 24%.

Despesas do Programa de Investimento Público (PIP)

114. As despesas executadas no âmbito do Programa de Investimento Público (PIP), apresentam as despesas efectuadas nos projectos sociais para benefício dos cidadãos.
115. No II Trimestre de 2021, esta despesa foi realizada na ordem dos Kz 303,4 mil milhões, representando uma execução de 22%, face a despesa autorizada para o PIP, representando uma redução de cerca de 29% em relação ao período homólogo.
116. Importa referir que, grande parte do PIP representa a execução de obras de infra-estruturas públicas, desagregadas por função e subfunção, tendo os sectores Económico e Social verificado as maiores participações, na ordem dos 60% e 37%, respectivamente.
117. O Sector da Defesa e Segurança realizou despesas PIP no valor de Kz 3,8 mil milhões, representando uma execução de 5% e uma participação de 1% sobre o total das despesas.

118. Os Serviços Públicos Gerais tiveram uma execução no valor de Kz 3,8 mil milhões, obtendo uma taxa de execução de 6% e uma participação na despesa total de apenas 1%, conforme se pode observar no quadro 12.

Quadro 12 – Despesa Realizada por Função – PIP no II Trimestre de 2021
(Milhões de Kwanzas)

FUNÇÕES DO GOVERNO (PIP)	Autorizada	Realizada			Exec.%	Part.%	Var. % Homóloga
		I T 2021	II T 2021	II T 2020			
Sector Social	508 715	129 177	113 203	99 808	22%	37%	13%
Educação	76 003	5 743	12 075	5 131	16%	4%	135%
Saúde	86 315	77 839	31 558	34 699	37%	10%	-9%
Protecção Social	36 011	103	777	175	2%	0%	344%
Habitação e Serviços Comunitários	298 016	44 958	66 850	51 149	22%	22%	31%
Recreação, Cultura e Religião	5 768	504	990	8 649	17%	0%	-89%
Protecção Ambiental	6 603	30	953	5	14%	0%	18970%
Sector Económico	713 210	308 405	182 601	303 428	26%	60%	-40%
Agricultura, Silvicult., Pescas e caça	22 884	9 265	9 199	1 592	40%	3%	478%
Ambiente							
Combustíveis e Energia	318 195	186 138	82 825	97 904	26%	27%	-15%
Industria Extrac. Transf. E Construção	27 270	5 200	9 420	578	35%	3%	1530%
Assuntos Econ. Gerais, Com. E Laborais	13 233	0	538	0	4%	0%	>500%
Comunicação	5 377	1 409	3 563	52	66%	1%	6753%
Transportes	326 101	106 394	77 055	203 303	24%	25%	-62%
Outros Serviços Económicos	149	0	0	0	0%	0%	0%
Defesa e Segurança	81 859	22 384	3 830	22 669	5%	1%	-83%
Defesa Nacional	68 001	20 076	2 236	22 371	3%	1%	-90%
Segurança e Ordem Pública	13 858	2308	1 593	298	11%	1%	435%
Serviços Públicos Gerais	66 753	35 682	3 813	1 838	6%	1%	107%
Totais	1 370 537	495 648	303 448	427 742	22%	100%	-29%

Fonte: MINFIN.

119. No II Trimestre de 2021, as funções governamentais com maior execução do PIP no Sector Social, foram a Habitação e Serviços Comunitários, bem como a Saúde, com execução de Kz 66,9 mil milhões e Kz 31,6 mil milhões, representando uma participação de 22% e 10% respectivamente, da despesa PIP total executada.

120. De seguida, as funções governamentais com maior execução do PIP no Sector Económico, foram os Combustíveis Energia e Transportes, tendo executado na ordem dos Kz 82,8 mil milhões e Kz 77,1 mil milhões, respectivamente.

121. Deste modo, apresentam-se os 10 maiores projectos PIP com maior grau de execução financeira, no âmbito das funções governamentais, ora apresentadas.
122. O quadro 13 apresenta os 10 projectos com maior execução financeira no sector da Saúde.

Quadro 13 – Top 10 dos Projectos no Sector da Saúde

(Milhões de Kwanzas)

Projecto	Despesa Orçamentada	Despesa Liquidada	Exec. %
Reabilitação Do Hospital Sanatório De Luanda	18 488	8 840	48%
Construção E Apetrechamento Do Hospital Pedro Maria Tonha "Pedalé"	4 998	4 927	99%
Construção Apetrechamento 1ª Fase Hospital Geral Pediatria Luanda	12 572	3 942	31%
Construção Apetrechamento 1ª Fase Do Hospital Geral Cabinda	11 960	3 533	30%
Construção De Um Hospital Municipal/Saurimo/Lunda Sul	2 244	2 151	96%
Conclusão E Apetrechamento Do Hospital Municipal Da Baía Farta	1 112	1 112	100%
Construção E Apetrechamento Do Hospital Municipal Do Bula Atumba/Bengo	856	577	67%
Reabilitação E Ampliação Do Hospital Municipal Do Luau	355	339	95%
Adaptação Do Laboratório Da Zee Em Luanda	736	245	33%
Construção Apetrechamento Instituto Hematológico Pediátrico Luanda	6394	242	4%
Total	59 716	25 908	43%

Fonte: MINFIN

123. De acordo os dados registados no sistema, os projectos com maior execução, em termos absolutos, referem-se à reabilitação do Hospital Sanatório De Luanda, Construção e Apetrechamento Do Hospital Pedro Maria Tonha "Pedalé" e da 1ª Fase Hospital Geral Pediatria Luanda. Estes projectos possuem execução financeira na ordem dos 48%, 99% e 31%, respectivamente.
124. O quadro 14, demonstra os 10 projectos com maior execução no sector de Habitação e Serviços Comunitários, no período em análise.

Quadro 14 - Top 10 dos Projectos no Sector de Habitação e Serviços Comunitários
(Milhões de Kwanzas)

Projecto	Despesa Orçamentada	Despesa Liquidada	Exec. %
Reequipamento Do Laboratório De Engenharia De Angola	10 949	10 186	93%
Estudos E Reabilitação En103, Bibala/Caitou/Camacuio/Namibe	7 397	7 387	100%
Reabilitação E Reforço Do Sistema Abastecimento De Água De Cabinda - Lcc	11 944	5 573	47%
Construção Das Infraestruturas Integradas De Caxito Fase 1	4 731	4 575	97%
Construção Infraestruturas Externas Centralidade Da Quilemba-Lubango	4 420	4 216	95%
Reabilitação Da En 180, Troço Desvio Lucapa/Saurimo	3 761	3 324	88%
Estudo E Construção Nó Ligação Samba/Avenida Pedro Van-Dúnem - Luanda	6 094	3 005	49%
Ampliação Sistema Abastecimento Água Nacional Apoio Institucional/Bad	5 505	2 715	49%
Construção De Captação No Rio Cunene	4 924	1 852	38%
Reabilitação E Expansão Do Sistema De Abastecimento De Água No Tchicala Tcholoanga-Lcc	1 510	1 478	98%
Total	61 234	44 310	72%

Fonte: MINFIN

125. No trimestre em análise, o projecto PIP com maior execução financeira no sector de Habitação e Serviços comunitários, é o projecto de Reequipamento do Laboratório de Engenharia de Angola, que teve uma execução na ordem dos Kz 10,2 mil milhões representando uma execução financeira de cerca de 93%. Seguidamente, encontra-se o projecto Estudos E Reabilitação EN103, Bibala/Caitou/Camacuio/Namibe com uma execução de Kz 7,4 mil milhões correspondente a uma taxa de execução de 100%.
126. O quadro 15, demonstra os 10 projectos com maior execução no sector dos Combustíveis e Energia.

Quadro 15 - Top 10 dos Projectos no Sector dos Combustíveis e Energia
(Milhões de Kwanzas)

Projecto	Despesa Orçamentada	Despesa Liquidada	Exec. %
Instalação De Uma Central Solar Fotovoltaica Biópio - Benguela	84 127	23 813	28%
Instalação De Uma Central Solar Fotovoltaica Benguela - Benguela	49 240	23 354	47%
Construção Do Aproveitamento Hidroeléctrico De Laúca E Sistema De Transporte Ass	102 248	15 792	15%
Ampliação Subestação De Energia Eléctrica Viana 400/220 K V	9 251	5 928	64%
Reabilitação E Modernização Da Central Hidroeléctrica Matala	5 850	5 480	94%
Instalação Central Ciclo Combinado Soyo, Sistema Transporte Associado	2 933	1 961	67%
Sistema Transporte Associado Aproveitamento Hidroeléctrico Cambambe - 2ª Central	2 322	1 571	68%
Reabilitação Das Redes Mt E Bt De Mbanza Congo/Zaire	4 416	1 277	29%
Estudos De Levantamento Geológico Zona Norte	2 815	776	28%
Reabilitação Subestação De Energia Cuanza Sul Expansão Subestação Eléctrica De G	3 625	510	14%
Total	266 826	80 462	30%

Fonte: MINFIN

127. No período em apreço, os projectos com maior grau de execução no Sector dos Combustíveis e Energia, foram os dois (2) projectos de instalação de uma Central Solar Fotovoltaica Biópio na Província de Benguela, e a Construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Laúca e Sistema de Transporte Ass, que tiveram execução na ordem dos 28%, 47% e 15%, respectivamente.
128. Importa ainda destacar que, para os projectos de Ampliação Subestação De Energia Eléctrica Viana 400/220 KV, no II trimestre, foram liquidadas despesas na ordem dos Kz 5,9 mil milhões, que corresponde a uma taxa de execução financeira de 64%.
129. Por fim, o quadro 16 apresenta os 10 projectos PIP com maior execução no Sector dos Transportes.

Quadro 16 - Top 10 dos Projectos PIP no Sector dos Transportes
(Milhões de Kwanzas)

Projecto	Despesa Orçamentada	Despesa Liquidada	Exec. %
Aquisição De 1500 Autocarros Para Transportes Escolar	90 531	22 169	24%
Construção Do Nail Em Luanda	18 716	18 232	97%
Reabilitação Da Estrada Rio Equimina/Lucira/Entroncamento Com A En 280 E Conclus	9 557	9 304	97%
Reabilitação Da Pista Do Aeroporto Internacional 4 De Fevereiro Luanda	6 371	5 743	90%
Reabilitação Da En 230, Troço Xá Muteba/Cangola, (63 Km), Na Província Da Lunda	5 052	3 633	72%
Construção De Um Quebra Mar Para A Nova Ponte Cais De Cabinda	4 172	3 128	75%
Reabilitação Da En 230, Troço Muamussanda/Sapimbe, (53 Km), Na Província Da Lunda	5 572	2 728	49%
Construção Do Terminal De Cabotagem De Cabinda	3 776	2 327	62%
Construção Da Nova Ponte Sobre O Rio Lucola	1 392	1 180	85%
Reabilitação Da En 230, Troço Caculama/Rio Lui, (60 Km), Na Província De Malanje	4 477	902	20%
Total	129 336	105 133	81%

Fonte: MINFIN

130. Neste sector, as maiores despesas PIP liquidadas verificaram-se nos projectos de Aquisição De 1500 Autocarros Para Transportes Escolar, com liquidação na ordem dos Kz 22,2 mil milhões; Construção do Novo Aeroporto Internacional de Luanda (NAIL) Em Luanda, tendo sido liquidados cerca de Kz 18,2 mil milhões; e a reabilitação da Estrada Rio Equimina/Lucira/Entroncamento com a EN280, com uma execução na ordem dos Kz 9,3 mil milhões. Estes 3 projectos tiveram taxas de execução na ordem dos 24%, 97% e 97% respectivamente.

Execução da Despesa para Prevenção e Combate à COVID-19

131. Diante da pandemia COVID-19, que tem causado um impacto significativo em todas as sociedades a nível global, desafiando os governos a tomarem providências excepcionais, o Executivo angolano aprovou um conjunto medidas, destacando-se a atribuição de quotas financeiras aos órgãos do Estado e a operacionalização de linhas de financiamento, para prevenir e combater a sua expansão e mitigar as consequências.
132. Não obstante a prioridade do Executivo, no âmbito das acções de prevenção e combate à COVID-19, seja a de salvar vidas, é necessário garantir a

transparência na utilização dos recursos públicos, permitindo um melhor acompanhamento da execução fiscal e promovendo a legitimidade institucional. Deste modo, apresenta-se a execução financeira dos valores atribuídos pelo Estado para o combate à expansão da COVID-19, aos diversos organismos públicos, até o II trimestre de 2021.

133. Importa ressaltar que, apesar da existência de diversas fontes de recursos, usados para combate a pandemia, serão abordadas no presente relatório apenas as despesas executadas com recursos ordinários do tesouro, registados no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), no Projecto de Actividade (PA) da Comissão Multisectorial para combate e prevenção da COVID-19.
134. Para este efeito, do valor total atribuído para 2021, foram executadas despesas na ordem dos Kz 40,6 mil milhões, perfazendo uma taxa de execução na ordem dos 46% do valor atribuído.
135. No que concerne à categoria das despesas, do valor executado, Kz 40,2 mil milhões foram gastos em despesas com bens e serviços com um grau de execução de 46%, e Kz 387 milhões em despesas de capital cujo grau de execução foi de 40%, conforme se demonstra no quadro 17.

Quadro 17 – Execução da Despesa referente a Prevenção e Combate ao COVID-19 até Junho de 2021

(Milhões de kwanzas)

Designação	Valor Atribuído	Valor Liquidado	Exec. %	Part. %
Bens e Serviços	87 710	40 225	46%	99%
Combustíveis e Lubrificantes	140	25	18%	0%
Encargos Aduaneiros e Portuários	240	190	79%	0%
Materiais e Utensílios Duradouros de Especialidade	558	200	36%	0%
Material de Consumo Corrente Especializado	79 262	39 215	49%	97%
Outros Materiais de Consumo Corrente	383	46	12%	0%
Outros Materiais e Utensílios Duradouros	4 359	0	0%	0%
Outros Serviços	458	83	18%	0%
Serviço de Hospedagem e Alimentação	170	23	13%	0%
Serviço de Protecção e Vigilância	55	0	0%	0%
Serviço de Água e Electricidade	23	0	0%	0%
Serviço de Ensino e Formação	25	0	0%	0%
Serviço de Limpeza e Saneamento	233	1	1%	0%

Designação	Valor Atribuído	Valor Liquidado	Exec. %	Part. %
Serviço de Manutenção e Conservação	259	0	0%	0%
Serviço de Processamento de Dados	3	0	0%	0%
Serviço de Saúde	92	0	0%	0%
Serviço de Telecomunicação	141	7	5%	0%
Serviço de Transportação de Pessoas e Bens	24	0	0%	0%
Subsídio de Deslocação	286	78	27%	0%
Víveres e Géneros Alimentícios	999	355	36%	1%
Outras Despesas de Capital	974	387	40%	1%
Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	64	2	2%	0%
Aquisição de Mobiliário	77	0	0%	0%
Construção de Infraestruturas e Instalações	100	100	100%	0%
Equipamentos de Processamento de Dados	84	5	6%	0%
Meios e Equipamentos de Transporte	359	240	67%	1%
Outras Despesas de Capital	27	0	0%	0%
Outros Bens de Capital Fixo	264	40	15%	0%
TOTAL	88 683	40 612	46%	100%

Fonte: MINFIN

136. A execução de despesa das quotas financeiras atribuídas, para prevenção e combate a Covid-19 por Órgão, apresenta-se no Quadro 18.

Quadro 18 - Execução das quotas financeiras atribuídas por Órgão

Milhões de Kwanzas)

Designação	Valor Atribuído	Valor Liquidado	Exec. %	Part. %
Operações Centrais Do Estado	74 252	34 475	46%	85%
Ministério Da Saúde	10 721	5 601	52%	14%
Gabinete Provincial De Saúde Do Zaire	672	14	2%	0%
Casa De Segurança Do Presidente Da República - CMPCC	508	200	39%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde Do Uíge	264	7	3%	0%
Provedoria De Justiça	211	0	0%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde De Malanje	193	12	6%	0%
Gabinete Do Vice-Presidente Da República	192	0	0%	0%
Governo Provincial Do Cunene	181	0	0%	0%
Governo Provincial De Luanda	117	0	0%	0%
Comando Geral Da Polícia Nacional	115	0	0%	0%
Entidade Reguladora Da Comunicação Social	114	0	0%	0%
Governo Provincial Do Zaire	106	100	94%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde Do Bié	105	15	14%	0%
Ministério Das Telecom., T.I E Comunicação Social	63	0	0%	0%
Governo Provincial Da Huíla	60	0	0%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde Do Cunene	60	10	17%	0%
Ministério Da Justiça E Dos Direitos Humanos	60	0	0%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde Cuanza Norte	57	22	38%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde Do Huambo	46	26	55%	0%

Designação	Valor Atribuído	Valor Liquidado	Exec. %	Part. %
Gabinete Provincial Da Saúde Da Huíla	44	39	89%	0%
Ministério Das Relações Exteriores	43	0	0%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde Da Lunda Sul	39	5	13%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde Da Lunda Norte	35	6	16%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde Moxico	34	7	19%	0%
Tribunal Supremo	32	3	11%	0%
Administração Municipal De Catobola	31	0	0%	0%
Tribunal Constitucional	26	8	32%	0%
Administração Municipal De Cuemba	23	0	0%	0%
Administração Municipal De Cacula	21	7	33%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde De Benguela	21	20	97%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde Do C.Cubango	17	4	24%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde Do Bengo	17	5	27%	0%
Administração Municipal Do Talatona	14	0	0%	0%
Administração Municipal Do Calai	14	0	0%	0%
Secretaria Provincial Da Saúde De Cabinda	13	0	0%	0%
Administração Municipal Do Uíge	12	3	25%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde Cuanza Sul	12	12	100%	0%
Administração Municipal Do Lubango	11	0	0%	0%
Ministério Da Cultura, Turismo E Ambiente	10	0	0%	0%
Administração Municipal Do Andulo	10	0	0%	0%
Gabinete Provincial De Saúde Do Namibe	10	6	68%	0%
Fundo Rodoviário E Obras De Emergência	9	0	0%	0%
Administração Municipal De Namacunde	8	0	0%	0%
Instituto Nacional De Obras Públicas	8	0	0%	0%
Administração Municipal De Chitembo	6	0	0%	0%
Administração Municipal De Mucaba	6	0	0%	0%
Administração Municipal Do Chinguar	6	0	0%	0%
Administração Municipal De Mavinga	6	0	3%	0%
Administração Municipal Dos Dembos-Quibaxi	6	0	0%	0%
Administração Municipal De Cambulo	5	2	43%	0%
Administração Municipal De Quibala	5	0	0%	0%
Administração Municipal Do Cunhinga	5	0	0%	0%
Administração Municipal Do Cuango	5	0	0%	0%
Administração Municipal De Belas	4	0	0%	0%
Administração Municipal De Quilengues	4	0	0%	0%
Administração Municipal De Luau	4	0	0%	0%
Administração Municipal De Quipungo	2	0	0%	0%
Centro De Análises De Poluição E Controlo Ambiental	2	0	0%	0%
Administração Municipal De Cuvango	2	2	94%	0%
Instituto Politécnico Do Ambiente 31 De Janeiro	1	0	0%	0%
Instituto Nacional De Gestão Ambiental	1	0	0%	0%
Administração Da Cidade Do Sequele	1	0	0%	0%
TOTAL	88 683	40 612	46%	100%

Fonte: MINFIN

VI. BALANÇO DA DÍVIDA PÚBLICA NO II TRIMESTRE DE 2021

137. Este capítulo apresenta a execução do Plano Anual de Endividamento no período em análise.

138. Os valores expressos em Dólares Americanos, foram convertidos a taxa de câmbio de US\$/Kz 646 taxa do mercado primário no fim do período.

Balanço da Dívida Interna

139. A Dívida Interna compreende a Dívida Titulada e a Dívida Contratual. A Dívida Titulada compreende os Bilhetes do Tesouro (BT), as Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional (OT MN), as Obrigações do Tesouro em Moeda Externa (OT ME), e a Dívida Contratual, pelos Contratos de Mútuo.

Emissão da Dívida interna

140. No período em reporte foram colocados no mercado os seguintes títulos:

- a) Bilhetes do Tesouro (BT).
- b) Obrigações do Tesouro Não Reajustável (OT-NR).
- c) Obrigações do Tesouro Indexadas à Taxa de Câmbio (OT-TXC).
- d) Obrigações do Tesouro em Moeda Externa (OT-ME).

141. As emissões dos Bilhetes do Tesouro, realizadas ao longo do II Trimestre de 2021, totalizaram cerca de Kz 86,7 mil milhões, distribuídos pelas maturidades de 91, 182 e 364 dias, representando uma redução de cerca de 16% face ao II Trimestre de 2020.

142. As emissões de BT apresentaram uma participação de cerca de 7,1% sobre as emissões totais.

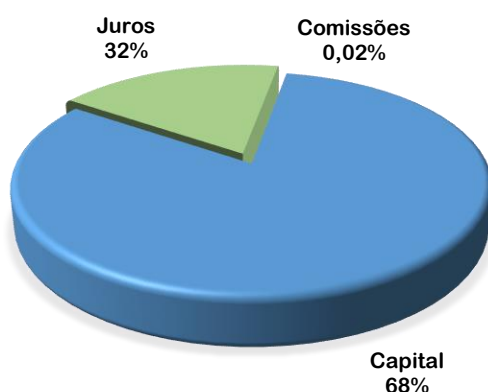
143. No que concerne às Obrigações do Tesouro, foi executado um total de captações na ordem dos Kz 1,13 biliões, representando um aumento em cerca de 106% face ao II Trimestre de 2020.

144. As emissões de OT apresentaram uma participação de 93% sobre as emissões totais.
145. Os desembolsos de Contratos de Mútuo registaram o total de Kz 983,3 milhões, representando uma participação de 0,1% das emissões totais.
146. Deste modo, no período em análise, as emissões totais de Dívida Interna totalizaram cerca de Kz 1,22 biliões, representando um aumento de cerca de 84% face ao II Trimestre de 2020.

Serviço da Dívida interna

147. O serviço da Dívida Interna, incorpora reembolsos de capital e juros de empréstimos de dívidas contraídas pelo Estado no mercado nacional.
148. O serviço da dívida interna correspondeu a Kz 875,2 mil milhões, representando uma redução de cerca de 20,4% face ao II Trimestre de 2020.
149. Este serviço foi referente ao pagamento de: capital na ordem dos Kz 595 mil milhões, representando uma participação de 68% sobre o serviço total da dívida interna; Kz 279 mil milhões de juros, com uma participação de 32% e Kz 206 milhões de comissões sobre o serviço total da dívida interna, com uma ligeira participação de 0,02%, conforme mostra o gráfico 10.

Gráfico 10 – Serviço de Dívida Interna por Instrumentos
(Milhões de Kwanzas)

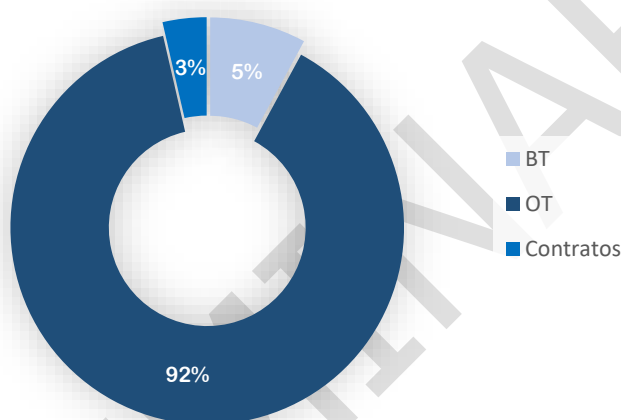


Fonte: MINFIN

Stock da Dívida interna

150. Em 30 de Junho de 2021, o stock da Dívida interna situava-se em Kz 12,1 biliões, equivalente a US\$ 18,8 mil milhões, representando um aumento em cerca de 10% face ao II Trimestre de 2020. O gráfico 11 apresenta a participação dos instrumentos da Dívida Interna sobre o total do Stock da Dívida Interna.

Gráfico 11 – Stock de Dívida Interna por Instrumentos
(Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN

Balanço da Dívida Externa

Desembolsos

151. A captação de recursos externos para o II Trimestre de 2021 situou-se em torno de Kz 618,9 mil milhões, representando um aumento de cerca de 104% face ao II Trimestre de 2020.
152. Importa referir que durante o período em análise, não foram captados recursos externos com garantia de petróleo. Sendo assim, a captação de recursos externos foi executada sem garantia de petróleo.

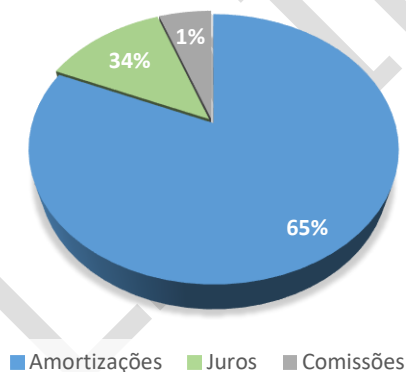
Serviço da Dívida Externa

153. No que respeita à execução do serviço da dívida externa, efectuaram-se pagamentos na ordem de Kz 900,4 mil milhões, incluindo capital, juros e

comissões, representando um ligeiro aumento de cerca de 0,6% face ao II Trimestre de 2020.

154. Tal como se mostra no Gráfico 12, no período em referência foram registadas amortizações na magnitude de Kz 586,4 mil milhões, juros no valor de Kz 304,6 mil milhões e comissões no valor de Kz 9 mil milhões, com uma participação, sobre o total do serviço da dívida externa, de 65%, 34% e 1% respectivamente.
155. Comparativamente ao II trimestre de 2020, as amortizações registaram um aumento na ordem dos 15%, os juros apresentaram uma diminuição na ordem dos 16%, enquanto que as comissões apresentaram uma diminuição de 50%.

Gráfico 12 – Execução do Serviço da Dívida Externa Trimestral
(Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN.

Stock da Dívida Externa

156. Em 30 de Junho de 2021, o stock da Dívida Externa situava-se em Kz 29,8 biliões, equivalente a US\$ 46,1 mil milhões, representando um aumento em cerca de 29% face ao II Trimestre de 2020, dos quais: Kz 67,3 mil milhões referentes a dívida de curto prazo e Kz 29,7 biliões referentes a dívida de médio e longo prazo, conforme gráfico 13.

Gráfico 13 – Stock da Dívida Externa por prazos

(Em percentagem)

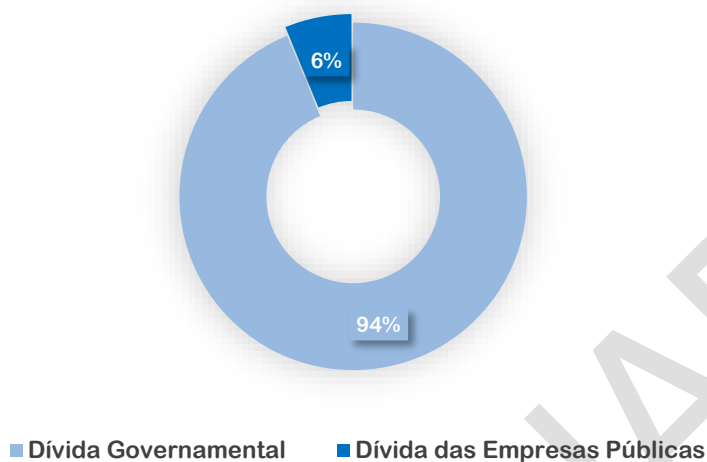


Fonte: MINFIN

Balanço da Dívida Pública

157. Em 30 de Junho de 2021, o stock da Dívida Governamental situava-se em Kz 41,9 biliões, equivalente a US\$ 64,9 mil milhões, e estava composto por 29% de dívida interna e 71% por dívida externa.
158. Comparativamente ao II Trimestre de 2020, o stock da Dívida Governamental apresentou um aumento de cerca de 12%.
159. A dívida das empresas públicas, designadamente Sonangol e TAAG, cifrou-se em Kz 2,6 biliões equivalente a US\$ 4,1 mil milhões, representando um aumento de cerca de 4% face ao II Trimestre de 2020.
160. O stock da Dívida Pública, que engloba a Dívida Governamental e Dívida das Empresas Públicas, situou-se em torno de Kz 44,6 biliões equivalente a US\$ 69 mil milhões, conforme demonstrado no gráfico 14.

Gráfico 14 – Stock da Dívida Pública
(Em percentagem)



Fonte: MINFIN.

161. O Quadro 19 apresenta o stock da Dívida Pública Externa por credor, que totalizava Kz 32,4 biliões, equivalente a US\$ 50,2 mil milhões. Dar nota que o stock por credor externo, inclui a dívida externa e a dívida das empresas Sonangol e TAAG.
162. O Quadro 20 apresenta o stock da Dívida Pública Interna por credor.
163. As diferenças apresentadas nos relatórios trimestrais do Plano Anual de Endividamento, são conciliadas em sede da elaboração da Conta Geral do Estado.

Quadro 19 – Stock da Dívida Pública Externa por Credor
(Milhões de Kwanzas e Dólares)

Designação	Kz	US\$
Total do Stock da Dívida Pública Externa (1) = 2 + 8	32 448 009	50 229
Total da Dívida Governamental (2) = 3+4+5+6+7	29 803 423	46 135
Multilateral (3)	4 407 202	6 822
B.A.D	706 113	1 093
B.I.R.F (B.MUNDIAL)	817 281	1 265,14
F.A.D	66 135	102,38
F.I.D.A	25 687	39,76
F.M.I	2 468 610	3 821
I.D.A	321 849	498,22
OPEC FUND	1 526	2,36
Bilateral (4)	3 612 622	5 592
CHINA	2 754 828	4 264
PORTUGAL	234 425	363
CANADÁ	228 144	353
JAPÓN	138 115	214
REPÚBLICA DE COREA	112 262	174
POLONIA	46 031	71
ESPAÑA	24 003	37
INDIA	16 863	26
Outros	57 950	90
Comercial (5)	13 885 409	21 494
CHINA DEVELOPMENT BA	8 771 654	13 578,41
IND COM BNK OF CHINA	1 913 610	2 962
STANDARD C BANK	373 648	578
JBIC	292 759	453
BANCO BILBAO	270 942	419
HSBC Bank PLC – UK	266 413	412
ING BANK-HOL	215 918	334
HSBC BANK-ESPANHA	199 743	309
STE GENERALE BANQUE	156 761	243
COMMERZBZBK	136 603	211
Outros	1 287 359	1 993
Fornecedores (6)	2 730 190	4 226
LR	1 410 718	2 183,77
GEMCORP	429 568	664,97
GE CAPITAL LIMITED	207 885	321,80
DT GROUP	203 731	315,37
EL SEWEDY ELECTRIC	165 301	255,88
CHINA NAT ELECTRONIC	108 848	168
Outros	204 140	316
Eurobonds (7)	5 168 000	8 000
Total da Dívida de Empresas Públicas (8)	2 644 586	4 094
Sonangol	2 511 547	3 888
TAAG	133 039,47	206

Fonte: MINFIN

Quadro 20 – Stock da Dívida Pública Interna por Credor
(Milhões de Kwanzas)

Designação	Kz	US\$
Total da Dívida Interna (1) = 2 + 3	12 148 260	18 805
Dívida Contratual (2)	372 485	577
BNA	200 000,00	310
Banco BAI	46 899,29	73
Banco BFA	45 347,81	70
STANDARD BANK	33 198,99	51
Banco BNI	30 656,66	47
Banco Caixa Angola	16 318,77	25
Banco BCI	63,59	0
Bilhetes de Tesouro (3)	570 770	884
Banco BIC	135 977	210
Banco BFA	129 576	201
Banco BAI	98 098	152
STANDARD BANK	62 269	96
Banco Caixa Angola	58 969	91
Banco BCH	17 150	27
Outros	68 731	106
Obrigações de Tesouro (4) = 5+6	11 205 005	17 345
Obrigações de Tesouro MN (5)	8 353 903	12 932
Banco BFA	1 860 434	2 880
Banco BNA	1 433 184	2 219
Banco BPC	1 092 676	1 691
Banco BAI	991 287	1 535
Banco BIC	746 981	1 156
STANDARD BANK	434 497	673
Outros	1 794 843	2 778
Obrigações de Tesouro ME (6)	2 851 102	4 413
Banco BAI	727 887	1 127
Banco BFA	564 979	875
Banco Millennium Atlântico	449 597	696
BNA	342 406	530
STANDARD BANK	200 745	311
Banco Económico	200 531	310
Outros	364 958	565

Fonte: MINFIN.

VII. DESEMPENHO ORÇAMENTAL DOS FUNDOS AUTÓNOMOS

164. O Quadro 21, apresenta os fluxos de entradas e saídas efectuadas durante o período em análise pelos fundos mais expressivos. Estes fundos estão dotados de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.
165. Importa referir que, a dinâmica contabilística apresentada pelos fundos requer a validação e certificação dos saldos por auditores externos, porquanto a consolidação das suas contas e a circularização com parceiros não se cinge apenas a entes públicos.
166. Adicionalmente, a sua contabilidade não obedece exclusivamente aos prazos dos relatórios trimestrais elaborados, colocando em causa o cumprimento do exigido no *n.º 3, do Artigo 63º da Lei n.º 15/10*.
167. As diferenças apresentadas nos relatórios trimestrais, em relação aos saldos entre os respectivos períodos para os fundos, são conciliadas em sede da elaboração da Conta Geral do Estado.

Quadro 21 – Fluxo Financeiro das Entidades Autónomas
(Milhões de Kwanzas)

CÓD.	DESIGNAÇÃO	Saldo Final I T 2021	Fluxos em Entradas	Fluxos em Saídas	Saldo Final II T 2021
FND	Fundo Nacional de Desenvolvimento	148 336	1 086	14 825	134 596
CPS - MININT	Caixa de Protecção Social do MININT	269 351	12 535	9 039	272 847
FSDEA	Fundo Soberano de Angola	6 808	5 501	1 338	10 971
FGC	Fundo de Garantia de Crédito	3 009	10 445	11 992	1 463
FR	Fundo Rodoviário	5 760	5 445	3 313	7 892
CSS - FAA	Caixa de Seg. Social das Forças Armadas Angolanas	26 996	77 660	75 194	29 463
FAS	Fundo de Apoio Social	20 589	4 423	2 692	22 319
FACRA	Fundo Activo de Capital de Risco Angolano	369	107	158	318
FADCOM	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento das Comunicações	2 218	1 855	2 701	1 372
FADA	Fundo de Apoio para o Desenvolvimento Agrário	1 906	1 874	588	3 192
FADEPA	Fundo de Apoio ao Desenv. da Ind. Pesqueira e da Aquicultura	0	15	15	0
FAJD	Fundo de Apoio à Juventude e ao Desporto	50	899	76	873
FPCC	Fundo do Projecto Coca Cola	-151	19	42	-174
Total		485 241	121 864	121 973	485 131

Fonte: MINFIN

168. O FND engloba um conjunto de valores disponibilizados ao Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), com vista ao financiamento de projectos do sector privado nacional, no âmbito dos Planos de Desenvolvimento do País, de acordo com a estratégia definida pelo Governo.
169. O FND é uma conta registada no Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), cuja principal fonte de receita são os valores de remuneração transferidos pelo Tesouro Nacional.
170. No período em análise, o FND não obteve receitas do Tesouro Nacional, mas apenas receitas resultantes dos reembolsos de créditos efectuados no montante de Kz 1,1 mil milhões. Foram realizadas despesas na ordem dos Kz 14 mil milhões referentes aos desembolsos de crédito no âmbito do PAC (Projecto de Apoio ao Crédito) e à comissão de gestão devida ao BDA, enquanto gestor do FND, tendo resultado num saldo final de Kz 134,6 mil milhões.
171. A Caixa de Protecção Social do Ministério do Interior, foi criada para captar e gerir recursos, de forma a garantir o pagamento das prestações da protecção social obrigatórias dos funcionários do regime especial de carreiras do Ministério do Interior, tais como a Polícia Nacional, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, os Serviços Penitenciários e o Serviço de Migração e Estrangeiros.
172. No II Trimestre de 2021, a Caixa de Protecção Social do MININT obteve receitas no valor de Kz 12,5 mil milhões, com origem nas diferentes fontes, como Contribuições dos Trabalhadores e Entidade Empregadora, Receitas Próprias Provenientes do Imobiliário, dos descontos efectuados aos Beneficiários das residências, Juros de Aplicação de Capital, e Outros Proveitos.
173. No período em análise, a CPS – MININT realizou despesas na ordem dos Kz 9 mil milhões, sendo que as principais naturezas dos gastos são: Kz 6,9 mil milhões referentes às despesas com a protecção social do MININT e Kz 2,1 mil milhões de despesas administrativas. O CPS – MININT terminou o período com um saldo de Kz 272,8 mil milhões.

Posição da Carteira do FSDEA

174. O Fundo Soberano de Angola (FSDEA) continua a desenvolver a estratégia de investimento decretada pelo Executivo, para a rentabilização no longo prazo do capital atribuído pelo Estado.
175. A posição não-auditada da carteira de investimentos FSDEA, até Junho de 2021, estava avaliada em US\$ 2 889 mil milhões, correspondentes a disponibilidades e aplicações em instrumentos financeiros (títulos corporativos, títulos governamentais e outros) e investimentos em subsidiárias, correspondendo, estes últimos, a US\$ 693 074 milhões.
176. No valor global da carteira de investimentos do FSDEA estão incluídos os recursos cativos do BNA que, até a data de reporte, se cifravam em US\$ 600 milhões, para financiamento do PIIM, aprovado pelo DP n.º 222/19, de 18 de Julho.

Indicadores Financeiros e de Investimento do FSDEA

177. A programação financeira do trimestre em apreço, previu receitas no valor de US\$ 7 134 606 que representa 26% do valor global da receita orçamentada para o corrente ano e despesas no valor de US\$ 2 406 083, representado 19% da despesa total prevista para o ano.
178. No II Trimestre de 2021, foram geradas receitas no valor de US\$ 8 415 785 e executadas despesas no valor de US\$ 2 047 661, correspondendo a uma execução de 118% e 85%, respectivamente.
179. A execução financeira do trimestre resultou num saldo final positivo de US\$ 313 759, que considera a dedução de receitas reinvestidas, no valor de US\$ 6 054 364.
180. As receitas do período resultaram dos investimentos realizados na carteira líquida, tendo os instrumentos de renda fixa gerado os montantes de US\$ 4 375 894 e US\$ 451 278, relativos a cupões e juros, respectivamente e os instrumentos de renda variável, gerado dividendos no valor de US\$ 3 586 500.

181. Em relação a despesa executada no período, 41% dizem respeito a despesa com a comissão de gestão da carteira líquida, referente ao I Trimestre de 2021 e 59% são despesas operacionais, que incluem os encargos com o pessoal, executadas no valor de US\$ 503 344, a despesa com fornecimentos e serviços de terceiros, executadas em US\$ 604 180 e despesas financeiras no valor de US\$ 106 600.

Actividades desenvolvidas pelo FSDEA

182. No II T 2021, o FSDEA deu continuidade a materialização das actividades estabelecidas no PAOT 2021, sendo assim no domínio dos órgãos de gestão o CA realizou sessões com destaque para as seguintes deliberações: aprovação dos termos de compromisso para o desenvolvimento do projecto agrícola, aprovação da proposta de investimentos em títulos accionistas na carteira do Millennium BP, apreciação da informação sobre a tomada de acções, pelo FSDEA, na oferta pública de US\$ 30 milhões promovida pela PENSANA LP, aprovação da proposta de aporte de capital à ASF Zambia Hotel Holding, Ltd, no valor de US\$ 460 000,00, entre outras actividades.
183. No domínio dos investimentos alternativos destaca-se a assinatura dos contratos de concessão de perímetros florestais em cerca de 53,4 mil hectares. Destaca-se ainda, a valorização paulatina das acções da *Resolute Mining*, após um primeiro trimestre desafiador. Por outro lado, no domínio dos investimentos líquidos, as actividades circunscreveram-se a gestão da componente da carteira líquida sob gestão interna, bem como a gestão da relação e interacção com o gestor externo, que actualmente detém o mandato de gestão de cerca de 40% dos activos do FSDEA.
184. No domínio das operações de investimentos deu-se continuidade às actividades recorrentes com maior destaque par ao processo de reconciliação, certificação e validação das transacções da carteira de investimentos líquidos bem como o suporte ao processo de fecho.
185. O Fundo de Garantia de Crédito é um Fundo que visa promover o acesso a financiamento às Micro, Pequenas e Médias empresas angolanas (MPMEs), com projectos viáveis, estando empenhado em garantir que as iniciativas para o fomento da produção nacional sejam alcançadas através da emissão de

garantias públicas. Destas, fazem parte o Aviso N.º 10/20 do BNA, de 3 de Abril, sobre a concessão de crédito ao sector real da economia, e por outro lado, o Projecto de Apoio ao Crédito (PAC).

186. No trimestre em análise, o FGC obteve um fluxo de entradas no valor de Kz 10,4 mil milhões, proveniente de Comissões de garantias prestadas, Juros de aplicação de liquidez e dos títulos e valores imobiliários, Rendas de Imóveis, bem como a recuperação dos créditos vencidos.
187. Foi possível ao FGC honrar compromissos, na ordem de Kz 11,9 mil milhões, dos quais se destacam: Kz 779,9 milhões em despesas com pessoal, Kz 249,2 milhões em despesas com imposto; Kz 548,4 milhões com despesas de bens e serviços; Kz 779,8 milhões em despesas com pessoal; Kz 276,3 milhões em aquisição de imóveis em curso; Kz 623,8 milhões em despesas de financiamento (acionamento de garantias, juros, amortização de capital e outros encargos financeiros). O FGC terminou o período com um saldo de Kz 1,5 mil milhões.
188. O Fundo Rodoviário (FR) é o órgão do Executivo angolano responsável pelo Programa Nacional de Conservação de Estradas.
189. No início do II Trimestre de 2021, o FR tinha um saldo inicial no valor de Kz 5,76 mil milhões.
190. Durante o II Trimestre de 2021, registou um fluxo de entradas no montante de Kz 5,44 milhões, dos quais: Kz 5,25 milhões em fundo fixo para obras de emergência, Kz 96,14 milhões em receitas de portagem, e Kz 98,35 milhões referentes a juros e aplicações financeiras.
191. O FR realizou despesas no valor de Kz 3,31 mil milhões, sendo Kz 2,85 mil milhões referentes a despesas de capital, Kz 357,76 milhões em despesas de bens e serviços, Kz 93,04 milhões em despesas com pessoal, Kz 5,4 milhões em despesas com Contribuições a Segurança Social e Kz 3,8 milhões em despesas com imposto predial.
192. No fim do II Trimestre, o FR encerrou o mesmo período com um saldo de Kz 7,89 mil milhões.

193. A CSS-FAA centra as suas actividades na modernização do sistema de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas.
194. No trimestre em análise, a CSS – FAA teve um fluxo de entradas provenientes do Tesouro Nacional de Kz 68,9 mil milhões e receitas provenientes de rendimentos próprios no valor de Kz 8,7 mil milhões, que totaliza uma arrecadação de Kz 77,7 mil milhões.
195. A CSS – FAA honrou compromissos na ordem dos Kz 75,2 mil milhões, dos quais: Kz 68 mil milhões serviram essencialmente para pagamento de pensões, salários e, e Kz 6,7 mil milhões em despesas bens e serviços, despesas correntes e despesas de capital.
196. A CSS – FAA terminou o II trimestre com um saldo de Kz 29,5 mil milhões.
197. O FAS é uma Agência Governamental, dotada de personalidade jurídica e autonomia financeira e administrativa, que em coordenação com outros programas de combate à pobreza, contribui na promoção do Desenvolvimento sustentável e da redução da pobreza.
198. As receitas arrecadadas pelo faz, ao longo do II Trimestre, cifraram-se em Kz 4,4 mil milhões, das quais 1% é proveniente do ROT (Recursos Ordinários do Tesouro) e 99% proveniente do Banco Mundial (financiamento externo).
199. O FAS realizou despesas na ordem dos Kz 2,7 mil milhões, das quais Kz 349 milhões referentes às despesas correntes, Kz 2 mil milhões em despesas de capital e Kz 266 milhões em despesas de bens e serviços. O saldo final obtido para o trimestre em análise foi de Kz 22,4 mil milhões.
200. O FACRA foi criado para financiar as MPME nacionais com elevado potencial e garantir o retorno rentável dos capitais investidos, tendo em consideração os critérios de gestão de aplicação dos investimentos.
201. No II Trimestre de 2021, o FACRA, obteve receitas no valor de Kz 107 milhões, provenientes dos juros obtidos em depósitos a prazo e reembolsos dos investimentos financeiros (OMC -Operadoras de Microcrédito).

202. No mesmo período, realizou despesas no montante de Kz 158,2 milhões, das quais, Kz 66,2 milhões serviram para o pagamento de despesas com pessoal e Kz 99,9 milhões para despesas diversas de bens e serviços. O FACRA obteve um saldo final de Kz 317,8 milhões.
203. O FADCOM é uma instituição que tem por missão gerir a contribuição dos operadores e prestadores de serviços no domínio das tecnologias de informação ao fundo do serviço Universal.
204. No II Trimestre de 2021, o FADCOM apresentou receitas na ordem de Kz 1,9 mil milhões, respeitantes a juros de depósito a prazo, e reembolso dos valores do programa de criação de condições de habitação para os seus colaboradores.
205. Em relação a despesas, o FADCOM realizou despesas no montante de Kz 2,7 mil milhões, relacionadas com constituição de depósitos a prazo, com despesas de financiamento a projectos, custos com pessoal e outros custos administrativos.
206. Para o trimestre em análise, o FADCOM obteve um saldo final de Kz 1,4 mil milhões.
207. O FADA é um veículo público de financiamento do sector agrário. A missão exclusiva do FADA é fazer as finanças agrícolas funcionar para os agricultores, estimulando os investimentos agrários, fortalecendo o sector agro-pecuário e contribuindo para a aceleração do desenvolvimento equilibrado e sustentável.
208. No II Trimestre de 2021, o FADA obteve entradas no montante de Kz 1,9 mil milhões, resultantes essencialmente de receitas consignadas (10% das receitas fiscais associadas à importação de produtos agrícolas por via do ROT) de cerca de 66%, dos juros das aplicações a prazo com 33%, e receitas das brigadas de mecanização agrícola na qualidade de fiel depositário com cerca de 1%.
209. No período em referência, o FADA realizou despesas no montante Kz 455,9 milhões, referentes a despesas com pessoal (23%), despesas com bens e serviços (34%) e despesas com Impostos e Contribuições para Segurança Social (20%). Adicionalmente, o FADA realizou despesas de Investimentos no valor de Kz 46,8 milhões, despesas de Financiamento ou Créditos concedidos no âmbito das actividades do FADA no montante de Kz 85,7 milhões.

210. O saldo final do FADA para o período em análise totalizou Kz 3,2 mil milhões.
211. O FADEPA, é um órgão superintendido pelo Ministério das Pescas e do Mar, que visa apoiar o desenvolvimento da indústria pesqueira e aquicultura.
212. No II Trimestre de 2021, o FADEPA obteve fluxo de entradas no valor de Kz 14,7 milhões. Esta entrada de recursos permitiu honrar compromissos no mesmo valor, referentes as despesas com pessoal.
213. O FAJD é uma Instituição Pública criada com o objectivo de comparticipar no plano financeiro do processo de desenvolvimento das acções, programas e projectos das Associações Juvenis e do Desporto Nacional no quadro da política juvenil e desportiva do Estado, que estejam em condições de contribuir para o desenvolvimento nacional e para a melhoria das condições socioeconómicas dos jovens angolanos.
214. No II Trimestre de 2021, o FAJD apresentou um fluxo de entradas totais no valor de Kz 898,98, dos quais Kz 12,8 milhões, provenientes dos Recursos Ordinários do Tesouro (ROT) e Kz 886,17 de receitas consignadas sobre o Imposto especial de consumo (Lei n.º8/19 de 24 de Abril).
215. No mesmo período, o FAJD efectuou despesas no mesmo montante Kz 75,6 milhões relacionadas as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços.
216. O saldo final do período para o FAJD totalizou Kz 873,1 milhões.
217. O Fundo do Projecto Coca-Cola (FPCC) tem a missão de apoiar o desenvolvimento estruturado e sustentado da região do Icolo e Bengo, contribuindo para o ordenamento do território, a criação de infra-estruturas económicas e sociais e criação de emprego, fomentando a constituição de pequenas indústrias.
218. No II Trimestre de 2021, o FPCC arrecadou receitas no valor de Kz 18,5 milhões provenientes de juros de aplicações financeiras e empréstimos.
219. O FPCC realizou despesas orçamentais no valor de Kz 42 milhões. O saldo final do período para o FPCC é negativo na ordem dos Kz 174,8 milhões.

220. Importa realçar que, no período em apreço, alguns Fundos não prestaram contas nem submeteram qualquer informação necessária para a elaboração do presente relatório, nomeadamente:

- a) Fundo de Fomento Habitacional
- b) Fundo de Desenvolvimento do Café de Angola

VIII. DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS NO PERÍODO EM ANÁLISE

221. O presente capítulo demonstra a posição orçamental, financeira e patrimonial do Estado até o II Trimestre de 2021.

Balanço Orçamental

222. O Balanço Orçamental representa um demonstrativo contabilístico, onde se discriminam os saldos das receitas estimadas e das despesas autorizadas, comparando com o nível de execução nas diferentes naturezas. Pode resultar num saldo *superavitário*, *deficitário* ou em equilíbrio orçamental.
223. O OGE 2021 teve uma estimativa de Receitas e Despesas autorizadas de Kz 14,7 biliões.
224. Como se mostra no Quadro 22, no II Trimestre do Exercício de 2021, foram arrecadadas receitas no valor de Kz 3,2 biliões e realizadas despesas no valor de Kz 3,1 biliões, tendo sido apurado um resultado orçamental superavitário de Kz 101 mil milhões, correspondendo a uma variação negativa acima dos 100%. O resultado orçamental resulta da comparação entre a receita total e a despesa total do período.
225. Por outro lado, o saldo fiscal, que resulta da comparação entre as receitas correntes e despesas correntes, incluindo as despesas de investimentos, e excluindo as receitas e despesas com financiamentos, foi superavitário na ordem dos Kz 566,4 mil milhões.
226. Adicionalmente, no período em apreço, o Saldo corrente, que compara as receitas e despesas correntes, foi igualmente superavitário na ordem dos Kz 905 mil milhões, espelhando que, no período em análise, as receitas correntes afiguraram-se satisfatórias para cobrir as despesas correntes.
227. A interpretação do resultado orçamental, na óptica da contabilidade para o período em análise, deve ser feita na perspectiva da entrada das Receitas em Caixa/Bancos (i.e. Impostos Petrolíferos e não Petrolíferos). Já a despesa não representa pagamentos efectivos que afectem a Tesouraria, limitando-se à

obrigação do Estado (Passivo) em proceder aos pagamentos num prazo de 90 dias.

228. Reforçam-se assim os princípios contabilísticos: a receita arrecadada deve ser analisada na óptica de caixa, isto é, são consideradas como receitas arrecadadas, aquelas que dão entrada na CUT no período em análise; por seu turno, a despesa realizada deve ser analisada na óptica do compromisso, isto é, quando ocorre a liquidação ou evidência de prestação de serviço.

Quadro 22 – Balanço Orçamental no II Trimestre de 2021

(Milhões de Kwanzas)

Receita	Prevista	Arrecadação da receita			Exec.%	Part.%	Var. Homóloga
		I T 2021	II T 2021	II T 2020			
Receitas Correntes (a)	8 104 860	1 263 114	2 496 851	1 759 411	31%	76%	42%
Tributária	4 964 642	819 257	1 603 876	1 230 314	32%	49%	30%
Patrimonial	2 796 806	435 448	863 468	535 883	31%	26%	61%
Serviços	217 567	4 398	14 819	3025	7%	0%	390%
Transferências Correntes	880	0	0	0	0%	0%	0%
Rec. Corr. Diversas	124 965	4 011	14 688	-9 812	12%	0%	-250%
Receitas de Capital	6 342 067	883 030	774 784	548 031	12%	24%	41%
Alienações	155 558	2 762	8 343	1903	5%	0%	338%
Financiamentos	6 186 509	879 935	766 055	546 113	12%	23%	40%
Internos (Títulos)	2 190 961	558 952	0	339 062	0%	0%	-100%
Desemb. Linhas de Crédito	3 995 548	320 651	0	207 051	0%	0%	-100%
Outras receitas de capital	338 274	333	386	15	0,1%	0%	>500%
Total da Receita (1)	14 785 201	2 146 144	3 271 635	2 307 456	23%	100%	42%
Despesa	Autorizada	Execução da Despesa			Exec.%	Part.%	Var. Homóloga
		I T 2021	II T 2021	II T 2020			
Despesas Correntes (b)	7 948 484	1 026 524	1 591 034	1 506 644	20%	50%	6%
Pessoal e Contrib. Empregador	2 491 588	493 481	498 245	475 465	20%	16%	5%
Bens	565 020	95 083	176 190	64 842	31%	6%	172%
Serviços	1 108 944	95 542	152 000	77 351	14%	5%	97%
Juros da Dívida	2 827 064	228 958	603 042	739 265	21%	19%	-18%
Subsídios	207 191	9 802	27 548	15 995	13%	1%	72%
Transferências Correntes	748 676	103 658	134 008	133 726	18%	4%	0%
Despesas de Capital	6 836 717	1 555 875	1 578 799	1 730 763	23%	50%	-9%
Investimentos (c)	1 609 449	514 317	324 496	354 559	20%	10%	-8%
Transferências de Capital (d)	160 050	750	14 750	0	9%	0%	100%
Despesas de Capital Financeiro	5 040 018	1 040 756	1 239 458	1 376 179	25%	39%	-10%
Outras Despesas de Capital (e)	23 455	53	95	25	0%	0%	279%
Reservas	3 745	0	0	0	0%	0%	0%

Total da Despesa (2)	14 785 201	2 582 400	3 169 832	3 237 407	21%	100%	-2%
Resultado Orçamental (1-2)		-436 256	101 803	-929 951			-111%
Saldo Fiscal [a-(b+c+d+e)]		-277 727	566 476	-101 792			-671%
Saldo corrente (a-b)		236 590	905 818	252 767			258%

Fonte: MINFIN

Balanço Financeiro

229. O Balanço Financeiro, ilustrado no Quadro 23, apresenta a Receita e Despesa Orçamental, os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamental, bem como os saldos em espécie, provenientes do período anterior e os que se transferem para o período seguinte.
230. Os saldos apresentados nos fluxos financeiros, podem apresentar variações positivas ou negativas, sendo que o saldo do período anterior, apresentado no Balanço Financeiro, pode diferir do saldo final do período anterior. Isto devido às operações de regularização e registo nos meses de competência, tais como:
- Operações de linhas de crédito e desembolsos para pagamento das despesas.
 - Efectivação e finalização de pagamento de salários, impactando os meses anteriores.
 - Registo da emissão das Obrigações e Bilhetes do Tesouro, assim como registo dos juros e amortizações, resultantes do financiamento, por via desses instrumentos.
 - Operações de entrada da Receita via contas dedicadas (Contas *Escrow*).
 - Acerto dos saldos bancários, após reconciliações bancárias com os bancos internos e externos.
 - Regularizações de carácter contabilístico-financeiro, no âmbito do fecho definitivo de contas.

Quadro 23 – Balanço Financeiro até o II Trimestre de 2021

(Milhões de Kwanzas)

Receitas	2021	2020
Orçamentais	6 636 490	5 013 522
Receitas Correntes	4 379 178	4 080 207
Receitas De Capital	2 257 312	933 315
Transferências Financeiras Recebidas	135 812	121 539
Comparticipações de Receita	10 249	33
Valores Financeiros A Reembolsar	125 563	121 506
Recebimentos de Natureza Extra-Orçamental	0	0
Cauções	0	0
Deposito de Terceiros	0	0
Garantias Financeiras	0	0
Disponível do Exercício Anterior	6 905 930	15 990 728
Disponível No País	2 338 549	12 730 752
Disponível No Exterior	4 567 381	3 259 976
TOTAL GERAL	13 678 232	21 125 789
Despesas	2021	2020
Orçamentais pagas	5 485 900	3 567 365
Despesas Correntes	2 478 332	2 099 023
Despesas De Capital	3 007 568	1 468 342
Transferências Financeiras Concedidas	2 751	530
Comparticipações de Receita	48	4
IVA Reembolsado	2 702	526
Pagamentos de Natureza Extra- Orçamental	459 851	218 959
Cauções	0	0
Deposito de Terceiro	0	0
Garantias Financeiras	0	0
Restos a pagar	459 851	218 959
Disponível do Exercício Actual	7 729 730	17 338 935
Disponível No País	2 890 735	12 197 891
Disponível No Exterior	4 838 995	5 141 044
TOTAL GERAL	13 678 232	21 125 789

Fonte: MINFIN.

231. Em síntese, o Balanço Financeiro demonstra o Resultado Financeiro do período, ou seja, o fluxo líquido da movimentação dos recursos financeiros do exercício anterior para o actual. Demonstra também a dívida flutuante, uma vez que esta afecta os fluxos de tesouraria.

Balanço Patrimonial

232. O Balanço Patrimonial é a única peça contabilística que representa uma posição estática ilustrativa de todo o património, diferente das outras que têm uma característica dinâmica, em função dos fluxos e movimentação financeira do período.
233. Assim, o Quadro 24 apresenta o saldo dos movimentos e transacções ocorridas nas contas do Activo e o Passivo Líquido, bem como as contas de Ordem Activa e Passiva, no II Trimestre de 2021.
234. As depreciações e amortizações são apresentadas de forma segregada no grupo do activo imobilizado.
235. Importa referir que os saldos apresentados, no valor total do activo e passivo, podem apresentar variações, em função de análises e reconciliações no âmbito do processo contabilístico-financeiro de fecho de contas, que culminará com a elaboração da Conta Geral do Estado. Assim, são apenas apresentados os movimentos ocorridos no II Trimestre de 2021.

Quadro 24 – Balanço Patrimonial até o II Trimestre 2021

(Milhões de Kwanzas)

Descrição	2021	2020
Activo Circulante	7 949 912	19 910 991
Disponível	7 729 730	17 338 935
Disponível no País	2 890 736	12 197 891
Disponível no Exterior	4 838 995	5 141 044
Créditos A Receber	0	2 525 328
Instituições E Agentes Devedores	0	5 382
Valores Pendentes Activos	0	33 339
Outros Activos Circulantes	220 182	8 007
Realizável a Longo Prazo	0	344 587
Activo Permanente	49 361	8 879 996
Investimentos Financeiros	0	1 283 113
Imobilizado	49 361	7 596 883
Total do Activo	7 999 273	29 135 574
Outras Contas de Ordem Activa	0	527 716

Total Geral	7 999 273	26 744 461
Passivo Circulante	3 191 086	3 561 320
Depósitos Exigíveis	163 583	0
Obrigações Em Circulação	2 812 074	3 395 278
Subsídios E Transferências A Conceder	103 250	5 044
Dívidas Do Exercício Anterior	112 179	144 971
Exigível A Longo Prazo	11 686 673	25 918 810
Operações De Crédito a Longo Prazo	11 686 673	25 918 810
Total Do Passivo	14 877 759	29 480 131
Património Líquido	-6 878 487	-2 116 069
Total do Passivo + Património Líquido	7 999 272	27 364 062
Outras Contas de Ordem Activa/Passiva	0	527 716
Total Geral	7 999 272	27 891 778

Fonte: MINFIN

236. É pertinente mencionar que, o apuramento do Resultado do Período, via execução Orçamental e Extra-Orçamental, é caracterizado pela diferença entre execução Orçamental, por se tratar de fluxos das contas da classe orçamental, e execução Extra-Orçamental, maioritariamente patrimonial, por se tratar de fluxos de carácter económico / sustentabilidade.

IX. GLOSSÁRIO

237. O Glossário apresenta os conceitos das contas das Interferências Activas e Passivas e das Mutações Patrimoniais Activas e Passivas. Importa referir que, a utilização destas contas, decorre da obrigatoriedade de se registar contabilisticamente a execução do orçamento, de acordo com o estipulado na Lei do OGE. Este registo contabilístico constitui um fundamento básico da contabilidade pública e caracteriza-se na principal diferença em relação aos fundamentos da contabilidade aplicada ao sector empresarial, que não está sujeita a contabilização orçamental.

A

Activo Circulante – Disponibilidades de numerário, recursos a receber, antecipações de despesa, bem como outros bens e direitos pendentes ou em circulação, realizáveis até o término do exercício seguinte.

Activo Patrimonial – Conjunto de valores e créditos que pertencem a uma entidade.

Activo Permanente – Bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Activo Realizável a Longo Prazo – Direitos realizáveis, normalmente após o término do exercício seguinte.

Actividades Permanentes – Componente do Orçamento de Funcionamento referente à actividade básica dos órgãos que integram a Administração do Estado ou estejam sob a sua tutela.

Ajuste Orçamental – Alterações às dotações inicialmente inscritas no OGE.

ARO – Antecipação de Receitas Orçamentais.

B

Balanço – Demonstrativo contabilístico que apresenta, num dado momento, a situação do património da entidade pública.

Balanço Financeiro – demonstra a receita e a despesa orçamental, bem como os pagamentos e recebimentos de natureza extra-orçamental, conjugados com o saldo em

espécie, proveniente do exercício anterior, bem como os que se transferem para o exercício seguinte.

Balanço Patrimonial – O balanço patrimonial é uma demonstração contabilística que tem por finalidade apresentar a posição contabilística financeira e económica de uma entidade em determinada data, representando uma posição estática ou situação do património em determinada data.

Balanço Orçamental – é a demonstração contabilística pública que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas orçamentais, comparando as parcelas previstas e fixadas com as executadas.

Balancete – É um instrumento para verificar se os lançamentos contabilísticos realizados no período estão correctos. Este instrumento, embora de muita utilidade, não detecta toda amplitude de erros que possam existir, nos lançamentos contabilísticos.

C

Cabimentação – É o acto emanado pela autoridade competente que consiste em se deduzir do saldo de determinada dotação do orçamento a parcela necessária para a realização da despesa aprovada e que assegura ao fornecedor que o bem ou serviço é pago, desde que observadas as condições acordadas.

Categoria Económica – Elemento agregador de naturezas de receita/despesa com o mesmo objecto.

Classificação Funcional – Classificação da despesa de acordo com a área de acção governamental que ela permite atingir.

Classificação das Contas Públicas – Agrupamento das contas públicas segundo a extensão e compreensão dos respectivos termos. Extensão de um termo é o conjunto dos indivíduos ou objectos designados por ele; compreensão desse mesmo termo é o conjunto das qualidades que ele significa, segundo a lógica formal. Qualquer sistema de classificação, independentemente do seu âmbito de actuação (receita ou despesa), constitui instrumento de planeamento, tomada de decisões, comunicação e controlo.

D

Défice orçamental/Défice – Considera-se défice orçamental quando o saldo orçamental é negativo, isto é, as despesas superam as receitas públicas.

Despesa cabimentada – Corresponde ao total da despesa para o qual existe nota de cabimentação emitida. Sendo que por cabimentação da despesa se deve entender o acto pelo qual autoridade competente deduz do saldo de determinada dotação do orçamento a parcela necessária à realização da despesa aprovada.

Despesas Correntes – Classificam-se aqui as despesas ligadas à manutenção ou operação de serviços anteriormente criados, bem como transferências com igual propósito. Enquadram-se aqui as despesas de carácter operacional, decorrentes das acções desenvolvidas pelo organismo no cumprimento de sua missão institucional, como por exemplo, pagamento de pessoal e as contribuições do empregador, a aquisição de materiais de uso corrente (bens) e a contratação de serviços para o funcionamento do organismo ou ainda as transferências a serem utilizadas, pelo organismo destinatário, em despesas desta natureza.

Despesa de Capital – Despesas destinadas à formação ou aquisição de activos permanentes, à amortização da dívida, à concessão de financiamentos ou constituição de reservas, bem como às transferências efectuadas com igual propósito.

Despesa Liquidada – Corresponde ao total da despesa para com o qual se procedeu já à verificação do direito do credor, com base nos títulos e documentos comprovativos do respectivo crédito.

Demonstração da Variação Patrimonial – Evidenciará as alterações verificadas no património, resultantes ou independentes da execução orçamental, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

E

Execução Financeira – Utilização dos recursos financeiros visando atender à realização dos subprojectos e/ou subactividades, atribuídos às unidades orçamentárias.

Exercício Financeiro – Período que corresponde à execução orçamental e coincide com o ano civil.

Execução Orçamental das Despesa – Utilização dos créditos consignados no Orçamento Geral do Estado e nos créditos adicionais, visando a realização dos subprojectos / subactividades atribuídas às unidades orçamentárias.

F

Fonte de Recurso – A Fonte de recurso identifica quer a origem quer o destino das receitas. A mesma classificação, quando utilizada para caracterizar as despesas, visa identificar a origem dos recursos que suportam as mesmas.

Função do Estado – Classifica as despesas de acordo com a área da sociedade que a acção governamental pretende atingir.

L

Liquidação da Despesa – É a verificação do direito do credor, fase em que a dívida é efectivamente assumida, com base nos títulos e documentos comprovativos do respectivo crédito.

N

Natureza – Classificação da receita/despesa de acordo com a natureza económica da mesma, identificando claramente o objecto da receita/despesa.

Nota de Lançamento – Permite registar eventos contabilísticos não vinculados a documentos específicos (SIGFE).

O

Orçamento Ajustado – Créditos orçamentais que reflectem os ajustes efectuados ao Orçamento Inicial.

Orçamento Aprovado/Inicial – Créditos iniciais aprovados pela Assembleia Nacional e instituídos pela Lei Orçamental.

Orçamento de Funcionamento – Componente do Orçamento referente à actividade básica dos órgãos que integram a Administração do Estado ou estejam sob a sua tutela, bem como projectos e programas específicos que não se enquadram no Programa de Investimentos Públicos (PIP).

Órgão Dependente (OD) – Unidade administrativa dos órgãos ou de serviços da Administração do Estado ou da Administração Autárquica, fundos e serviços autónomos, instituições sem fins lucrativos, financiadas, maioritariamente, pelos poderes públicos ou a segurança social, que constituem as unidades orçamentais.

Órgão do Governo – São os Departamentos Ministeriais, Governos Provinciais, órgãos sectoriais e não sectoriais, através dos quais o Estado cumpre as atribuições definidas na Constituição da República de Angola.

Órgãos de Soberania – São órgãos de soberania o Presidente da República, a Assembleia Nacional e os Tribunais. A formação, a composição, a competência e o funcionamento dos órgãos de soberania são os definidos na Constituição.

Ordem de Saque – É um instrumento de pagamento de utilização exclusiva do Estado, que possibilita a realização da fase de pagamento da despesa pública.

P

Passivo Circulante – Depósitos – restos a pagar, antecipações de receita, bem como outras obrigações pendentes ou em circulação, exigíveis até o término do exercício seguinte.

Património Líquido – Capital autorizado, as reservas de capital e outras que forem definidas, bem como o resultado acumulado e não destinado.

Património Público – Conjunto de bens à disposição da colectividade.

Programa de Investimentos Públicos (PIP) – Programa de investimento com vista à criação, reabilitação, ampliação, manutenção, ou renovação, das capacidades de prestação de serviços e fornecimento de bens pela administração pública directa ou indirecta do Estado. No entanto, integram-se no conceito de investimento público os gastos de natureza corrente aplicados na manutenção e reparações normais e cíclicas dos empreendimentos.

Programa Específico – Programa que traduz uma prioridade do Governo, definido em âmbito e em tempo de execução, mas que apesar de não constituir actividade básica da unidade orçamental não integra o Programa de Investimentos Públicos.

Proposta Orçamental (N+1) – Valor da proposta de orçamento para o ano N+1, registada no SIGFE.

R

Receita Ajustada – Previsão de receita que reflecte a revisão da receita inicialmente estimada.

Receita de Capital – Refere-se às receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de operações de crédito e da conversão em espécie de bens e de direitos.

Receita Corrente – Refere-se às receitas que se renovam em todos os períodos financeiros designadamente, receitas tributárias, patrimoniais, de serviços ou ainda transferências recebidas.

Receita Inicial – Previsão de receita aprovada pela Assembleia Nacional.

Restos a Pagar – As despesas cabimentadas, liquidadas e não pagas até ao encerramento do exercício financeiro, após devidamente reconhecidas pela autoridade competente.

S

Saldo Corrente – Representa o valor da diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

Saldo de Capital – Representa o valor da diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

Saldo Fiscal – Representa o valor da diferença entre receitas correntes do Estado e despesas correntes e de investimento, em um determinado período.

Superavit orçamental – Considera-se superavit orçamental quando o saldo orçamental é positivo, isto é, quando as receitas superam as despesas públicas.

T

Taxa de Execução (Projecção Linear) – Indicador, em percentagem, do resultado da taxa de execução para o presente exercício económico, tomando por referência a projecção linear da Despesa Paga.

Taxa de Execução Efectiva (Despesa Liquidada) – Indicador, em percentagem, resultante da relação entre a despesa liquidada, no período em análise, para uma dada rubrica de despesa e o orçamento inicial.

Taxa de Execução Efectiva (Despesa Paga) – Indicador, em percentagem, resultante da relação entre a despesa paga no período em análise, para uma dada rubrica de despesa e o orçamento inicial.

Taxa de Execução Efectiva da Receita – Indicador, em percentagem, resultante da relação entre a receita arrecadada, no período em análise, para uma dada rúbrica de receita e a previsão inicial.

Taxa de Execução Padrão – Indicador, em percentagem, que apresenta a taxa de execução esperada para o período em análise, tomando por hipótese uma execução linear.

U

Unidade Orçamental (UO) – Órgão do Estado ou da Autarquia, conjunto de órgãos ou de serviços da Administração do Estado, Administração Autárquica, fundos e serviços autónomos, instituições sem fins lucrativos financiadas, maioritariamente, pelos poderes públicos e a Segurança Social, aos quais foram consignadas dotações orçamentais próprias.

V

Variação Homóloga – Variação relativa (em valor percentual) do valor do ano em análise, face ao valor registado no período homólogo do ano anterior.



GOVERNO DE
ANGOLA

Ministério das Finanças